



**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS**

**GRÃO-CHANCELER**

Dom Gilberto Pereira Lopes

**MAGNÍFICO REITOR**

Prof. Pe. José Benedito de Almeida David

**VICE-REITOR PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS**

Prof. José Francisco B. Veiga Silva

**VICE-REITOR PARA ASSUNTOS ACADÊMICOS**

Prof. Carlos de Aquino Pereira

**INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS**

Prof<sup>ª</sup> Juleusa Maria Theodoro Turra

**Endereço para Correspondência:**

Revista Notícia Bibliográfica e Histórica  
Caixa Postal, 1539 - 13020-904 - Campinas, SP

# NOTÍCIA BIBLIOGRÁFICA E HISTÓRICA

Responsável

**ODILON NOGUEIRA DE MATOS**

Pontifícia Universidade Católica de Campinas

---

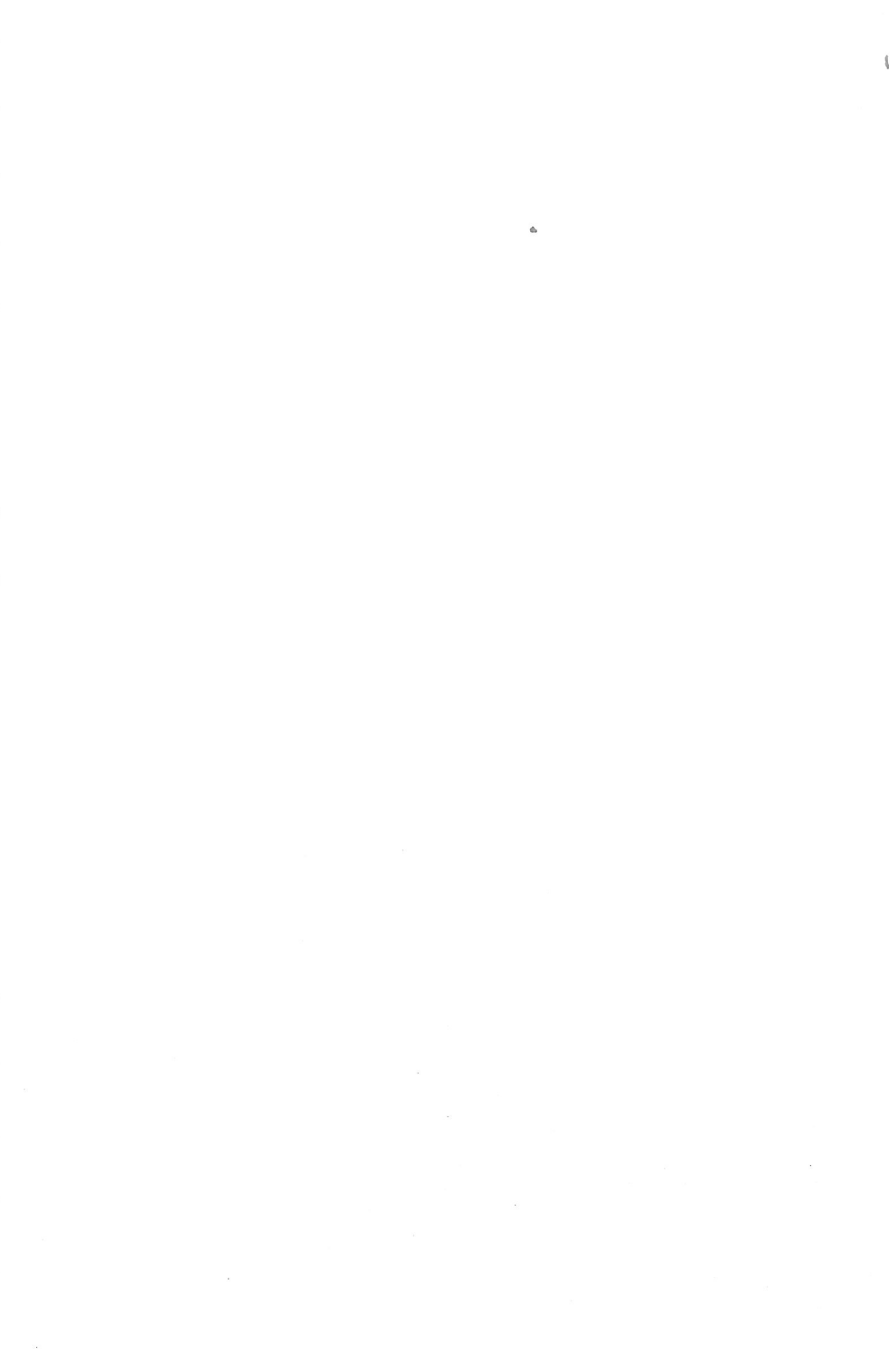
**ANO XXX - Nº 169 ISSN-0101-4919 ABRIL - JUNHO 1998**

---

## SUMÁRIO

|   |     |
|---|-----|
| Preservando a memória valeparaibana .....                       | 103 |
| Odilon Nogueira de Matos  |     |
| O "Socialismo" de Abreu e Lima .....                            | 108 |
| Maria Lúcia de Souza Rangel Ricci                               |     |
| Monsenhor Salim e o "Centro de Cultura Intelectual" .....       | 113 |
| Duílio Battistoni Filho   |     |
| Outras Raízes do Brasil .....                                   | 124 |
| Miguel Reale  |     |
| A propósito de "Outras Raízes do Brasil", de Miguel Reale ..... | 128 |
| Myriam Ellis  |     |
| Taunay e a História de São Paulo no século XVI .....            | 132 |
| João Ricardo de Castro Caldeira                                 |     |

|   |     |
|---|-----|
| Recensão do livro "Senhores de engenhos judeus em Pernambuco, 1642-1654", de José Alexandre Ribemboin ..... | 137 |
| Leonardo Dantas Silva   |     |
| A análise fisiocrática da Revolução Francesa .....  | 142 |
| Moacir José da Silva  |     |
| A população cristã-nova de São Paulo .....  | 159 |
| José Gonçalves Salvador   |     |
| Intervenção federal em Canudos .....  | 163 |
| Fernando Whitaker da Cunha  |     |
| São Miguel do Cajuru .....  | 168 |
| José Antônio de Avila   |     |
| <b>De uma pasta de velhos recortes</b>  |     |
| João de Laet e a Capitania de São Vicente .....   | 171 |
| Afonso de E. Taunay   |     |
| <b>Memória Campineira</b>   |     |
| Centro de Ciências, Letras e Artes .....  | 177 |
| <b>Textos (sugestões para seminários)</b>   |     |
| O descobrimento do Brasil (Do "Paesi novamente ritrovati") .....  | 179 |
| Como Ciro entendia a recompensa pelos bons serviços (Xenofonte) .   | 180 |
| <b>Vultos da Historiografia Brasileira</b>  |     |
| Capistrano de Abreu .....   | 182 |
| <b>Seleta</b>   |     |
| São Paulo como centro irradiador do povoamento .....  | 189 |
| Capistrano de Abreu   |     |
| <b>Rabiscos de um escrevinhador</b>   |     |
| João Sebastião Bach no seu aniversário .....  | 196 |
| Preciosa contribuição à Anchieta .....  | 198 |
| Centenário de um compositor brasileiro .....  | 199 |



# PRESERVANDO A MEMÓRIA VALEPARAIBANA

Odilon Nogueira de MATOS

Publicação não muito recente, mas da qual só há pouco tomei conhecimento graças à autora que gentilmente enviou-me um exemplar, pôs-me a par de uma série de ensaios de natureza sócio-econômica relativos a áreas valeparaibanas. A autora, professora Lucinda Coutinho de Mello Coelho, minha preclara confreira do Instituto Histórico Brasileiro e com quem já tive oportunidade de me encontrar em diversas reuniões culturais, informa, de início, que seus trabalhos constituem "contribuições para a elaboração de uma história regional valeparaibana". Contribuições, aliás, valiosas, visando particularmente às regiões de Guaratinguetá e Bananal.\*

Registre-se que uma delas - a cafeicultura em Bananal - foi originalmente apresentada a um Congresso de História de São Paulo, realizado em Araraquara, em 1974. Iniciativa essa - a dos congressos de História de São Paulo - da qual tive a honra de ser o idealizador e o organizador do primeiro, que teve lugar em Campinas, em 1972, mas que, infelizmente não teve prosseguimento, tendo sido realizado apenas mais o de Araraquara. A ambos, compareceu a professora Lucinda com valiosas contribuições.

A presença valeparaibana nas preocupações da autora remonta às suas próprias origens (Guaratinguetá) e tem sido altamente estimulada pelo **Instituto de Estudos Valeparaibanos**, feliz iniciativa do professor José Luiz Pasin e fundada efetivamente, segundo informa o próprio

---

(\*) Ensaio sócio-econômico da áreas valeparaibanas. Prof. de José Luiz Pasin. Rio de Janeiro, Asa Artes Gráficas, 1984. 120p

fundador, em junho de 1973 por um grupo de professores e alunos do curso de História da Faculdade Salesiana de Filosofia, Ciências e Letras de Lorena, reunido no auditório do Museu Frei Galvão, em Guaratinguetá.

É ainda o próprio professor Pasin quem nos dá conta dos objetivos da entidade que idealizou: "Aglutinar os estudiosos da região valeparaibana, defender seu patrimônio cultural e ambiental, organizar um arquivo e uma biblioteca especializada em assuntos valeparaibanos e lutar pela urbanização e revitalização dos espaços turísticos e históricos".

E como realizar isso? É o próprio professor Pasin quem responde: "Promovendo simpósios de história, seminários, cursos, estudos, pesquisas e debates; patrocinando edição de livros, jornais e revistas, fundação de museus, casas de cultura e bibliotecas e conseguindo o tombamento de sítios, igrejas, capelas, sedes de fazendas, árvores centenárias, solares e núcleos históricos e artísticos", resultando disso tudo que o Instituto de Estudos Valeparaibanos tenha se constituído no "movimento mais importante em assuntos de história, geografia, literatura, folclore e meio ambiente em toda a bacia do rio Paraíba do Sul".

"Em diversos municípios da nossa região - prossegue o professor Pasin - pesquisadores e estudiosos se reúnem, debatem temas, apresentam propostas, pressionam autoridades, movimentam estudantes, escrevem artigos, participam de entrevistas e mesas-redondas e dão uma importante contribuição ao desenvolvimento cultural de uma das regiões mais caracteristicamente definidas do país".

Este parágrafo final de longa transcrição do dinâmico professor e historiador de Roseira, parece-me o mais significativo de todos, pois teve (ou está tendo) como resultado precípuo criar uma "consciência" valeparaibana, da qual só encontro similar em algumas regiões do Rio Grande do Sul.

Permito-me reincidir mais uma vez numa citação oportuna do professor Pasin, quando lembra que o Instituto de Estudos Valeparaibanos, "entidade pioneira e revolucionária" é atualmente uma ONG (Organização não-governamental) "conhecida e respeitada em todo o Brasil, participando de comissões, grupos de estudos e comitês" com numerosas propostas e iniciativas para a preservação da memória da área que lhe diz respeito.

A maneira mais eficiente que se encontrou para realizar tão vasto programa foi a realização de simpósios bienais, cada vez sediado em localidade diferente. Talvez não haja cidade da área paulista onde não se tenha realizado alguma dessas reuniões, sempre muito concorridas e com apresentação de trabalhos valiosos. É uma pena que não tenha havido condições para a publicação regular dos respectivos anais. Numa primeira versão desta nota, estampada em "A Federação", jornal da vizinha cidade de Itu, informei que só tinha conhecimento apenas dos anais do Simpósio de Juiz de Fora, publicados - acrescentei - "graças aos esforços de Wilson de Lima Bastos". Dias depois, enviado por alguém que, infelizmente, não se identificou, mas que - tudo o indica - tomou conhecimento do que escrevi, recebi os anais referentes ao XIIº Simpósio, realizado em 1994 em São José dos Campos. Agradeço por esta nota a gentileza de quem m'o enviou. Este volume, muito bem apresentado, centrou sua temática em "Migrações no Vale do Paraíba", enfeixando 16 contribuições, todas de muito interesse e abordando os mais variados aspectos do importante tema. Subsídio valioso, pois, para a história interna de uma importante região do Brasil.

Todavia, a ausência dos anais tem sido compensada por outras publicações promovidas pelo IEV ou em convênio com outras entidades culturais do Vale do Paraíba. Tive oportunidade de receber, enviado - suponho - pela própria diretoria do Instituto, um número dos "Cadernos Culturais do Vale do Paraíba", editado em convênio com o Centro Educacional Objetivo e com a Fundação Nacional do Tropeirismo (sediada em Caçapava). Em bela apresentação oferece-nos uma gama imensa de temas valeparaibanos: preservação do patrimônio ambiental, emigrantes, Cunha, arquitetura, coronelismo, Caçapava, Monteiro Lobato e o planejamento do Vale do Paraíba, notícia histórica de Itatiaia, o carnaval em Guaratinguetá, transformações econômicas e demográficas do Vale, e ainda outros mais, incluindo um estudo de Wilson de Lima Bastos sobre o vale do Paraíba, onde se situa a grande e bela cidade de Juiz de Fora, terra do autor e que muito de perto toca também ao signatário desta nota, que aí realizou sua formação humanística, em tempos que já vão bem longe, mas à qual continua vinculado até hoje.

Além disso, edita o IEV, mensalmente, um substancial "Boletim Informativo", que, além de informações (como o título o indica), das realizações do Instituto, apresenta também colaborações

sobre assuntos, como, entre outros, e apenas pinçando-os ao acaso, o tráfico de escravos no Alto Paraíba, a Igreja do Rosário (de Taubaté), a cultura da vinha em Cunha, a "agonia" do rio Paraíba, Euclides da Cunha em Lorena, o índio, o branco e o negro na formação histórico-cultural da parte paulista do Vale, o sítio arqueológico Santa Marina. Por uma notícia de um desses boletins, tomamos conhecimento da realização do próximo Simpósio, a realizar-se em setembro deste ano em Campos do Jordão. Enfim, tantas as informações recebidas pelas publicações enviadas, e às quais mais uma vez agradeço, que me permitiram ampliar consideravelmente a nota originalmente estampada na folha ituana.

O Vale do Paraíba - seria desnecessário lembrá-lo, compreende áreas paulistas, fluminenses e mineiras. Daí, a "Princesa do Paraíba" ter sido escolhida para sede de uma das reuniões. O Paraíba, rio que banha Juiz de Fora, lança-se no Paraíba em Três Rios, bem próximo ao local onde, vindo de sentido oposto, lança-se também o Piabanha. Daí, o nome que foi dado à cidade, outrora chamada Entre Rios. Coincidentemente os seus "três rios" começam todos com a letra P... Das cidades fluminenses, tenho notícia de simpósios valeparaibanos realizados em Vassouras, Paraíba do Sul e Itatiaia. E, possivelmente algum outro, que tenha escapado à minha memória.

Prefaciando o livro da professora Lucinda Coutinho de Mello Coelho (que motivou esta nota), arrola o professor Pasin numerosos autores - geógrafos, historiadores, sociólogos e antropólogos - que tomaram o Vale do Paraíba como tema de seus trabalhos, infelizmente muitos já falecidos. Ainda há pouco perdemos Paulo Pereira dos Reis, de quem já me ocupei em diversas ocasiões e a quem tive o privilégio de receber na Academia Paulista de Letras, e em cuja memória foi instituída uma "medalha de mérito", conferida pela primeira vez ao professor Aziz Nacib Ab'Sáber, geólogo eminente, natural de São Luís do Paraitinga, e berço de Oswaldo Cruz e, coincidentemente, também terra de outro eminente geógrafo, o professor Ary França.

Ao rol do professor Pasin, acrescentarei mais alguns nomes também bastante expressivos, lembrando, naturalmente, aqueles com quem tive maior relacionamento: Felix Guisard Filho, Carlos da Silveira, Agostinho Ramos, o já citado Paulo Pereira dos Reis, Hilton Federici, Aroldo de Azevedo, Mota Sobrinho, Carlos Eugênio Marcondes de

Moura, Benedito Lencioni, Francisco Sodero Toledo, o casal Maia (de Guaratinguetá), Paulo Florençano, José Vicente de Freitas Marcondes, Lucila Hermann, Nice Lecocq Müller, Wilson Lima Bastos, Maria Morgado de Abreu, Lycurgo de Castro Santos Filho, José Geraldo Evangelista, Nelson Pesciotta (o atual presidente do I. E. V.) e, naturalmente, os que constituíram o motivo fundamental desta evocação: José Luiz Pasin e Lucinda Coutinho de Mello Coelho.

A existência e o trabalho do Instituto Valeparaibano estimulou a criação de entidade similar, relativa ao Médio Tietê, fundada há pouco em Itu e já com atividade bastante acentuada na área que lhe diz respeito. Oxalá frutifiquem outros exemplos.

## O "SOCIALISMO" DE ABREU E LIMA

Maria Lúcia de Souza Rangel RICCI

José Inácio de Abreu e Lima (1796-1869), um dos grandes polemistas de sua geração, vinculou seu nome à cultura brasileira, entre outras coisas, por ter sido o primeiro a abordar a doutrina socialista na bibliografia brasileira. De fato, data de 1885 seu livro *Socialismo*, publicado no Recife. Difícil naquela época classificarmos o "socialismo" do autor pernambucano. Desconhecemos se Abreu e Lima chegou a conhecer as obras de Karl Marx ou mesmo as de Proudhon, embora as idéias de Saint-Simon, Fourier, Owen fossem muito divulgadas no Recife desde a década de 1840 pela influência e atuação de Vauther<sup>1</sup>, ao lado da atuação de Antônio Pedro de Figueiredo, que, com a divulgação de sua revista "Progresso", procurava esclarecer a opinião pública sem paixão política, tentando achar solução para os problemas que afligiam o povo.

Abreu e Lima era de tendência progressista, pois sempre se mostrou ardente defensor do progresso ascendente, vendo no socialismo o ponto terminal da ascensão humana, acreditando que a sua vitória seria inevitável, já que designio da Providência. Em última instância, cria no progresso moral da humanidade, espaldado na compreensão e na tolerância entre os homens.

Seu livro mereceu uma reedição fac-similar em 1979, por iniciativa da Editora Paz e Terra, à qual se acrescentou algumas notas do

---

<sup>(1)</sup> Engenheiro francês contratado pelo governo de Pernambuco para diversas obras na Província, e que, adepto do socialismo francês, exerceu marcante influência no ambiente cultural do Recife de seu tempo. Deixou um interessantíssimo *Diário*, publicado pela primeira vez por Gilberto Freyre, a quem se deve também importante estudo sobre Vauther no livro **Um engenheiro francês no Brasil** (Rio de Janeiro, José Olympio, 1960).

autor sobre o mundo político de sua época e com prefácio de Barbosa Lima Sobrinho. Abreu e Lima continua até hoje pouco valorizado pelos estudiosos das Ciências Humanas no Brasil, mas sua importância se ressaltará, como diz o prefaciador, "no dia em que o Brasil se interessar realmente pelo seu relacionamento com as repúblicas da América Espanhola".

Para Abreu e Lima o Socialismo "não é uma ciência, nem uma doutrina, nem uma religião, nem uma seita, nem um sistema, nem um princípio, nem uma idéia: é mais do que tudo isso, porque é um desígnio da Providência".

Em que consiste o socialismo? "Na tendência do gênero humano para tornar-se ou formar uma só e imensa família" (p. 29). Com estas afirmações podemos facilmente concluir que não endossava os sistemas apresentados por Fourier, Saint-Simon ou mesmo por Owen, embora reconhecesse que todos, de uma forma ou de outra, contribuíram para a "regeneração universal" (p. 30), mesmo porque preconizava que a própria palavra "socialista encerra em si uma missão divina, e a ninguém é lícito aviltá-la, prostituindo-a entre a escória da espécie humana" (p. 63).

Sente-se através da análise de **O Socialismo** que Abreu e Lima fora bastante influenciado em sua formação por Ballanche, Reybaud, Bastiat e, especialmente, por Lamennais, embora não desconhecesse Maquiavel, Hegel e Rousseau.

No entanto, via que o caminho para o Socialismo no Brasil seria através da sua evolução política, do "amadurecimento" do povo, mesmo porque, para ele, a sua vitória seria por desígnio da Providência.

Não o vemos como um precursor do marxismo no Brasil, embora fosse favorável à tese da luta de classes, fazendo aí sua concessão ao Historicismo, já que pretendia que todos os condicionamentos materiais fossem determinantes das situações éticas. Havia, em verdade, uma série de contradições no "General das Massas" (apelido de Abreu e Lima), que lhe dificultaram, e muito, sua postura enquanto ideólogo. Embora desconhecendo a crítica religiosa de sua época, acabou sendo, em verdade, um precursor de novas sínteses cristãs.<sup>2</sup>

---

<sup>(2)</sup> Sobre o assunto, consultar Chacon, Vamireh, **História das idéias socialistas no Brasil**, pp. 182-184. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1965; Sertillanges, **Le Christianismo et les Philosophies**, Paris, Montaigne.

Estava convicto Abreu e Lima da necessidade de ser mantida a propriedade privada, que seria limitada pelos próprios interesses, já que para ele os fundamentos da sociedade eram constituídos pela família e pela propriedade. Se a primeira fosse destruída, automaticamente a segunda também o seria e, nesse sentido, estaria concordando com Bastiat quando afirmava que "privar o homem das suas faculdades ou do produto delas, daria o mesmo resultado, que seria a escravidão".

Por isso apregoava ser a liberdade "o primeiro agente da civilização moderna" e o governo "o princípio da ordem, sem o qual não haveria sociedade possível". E prosseguia: "Para pensar e para obrar é mister liberdade; mas esta liberdade não pode ser arbitrária nem ilimitada: **não faça aos outros aquilo que não quereria que te fizessem**. Na ordem civil e política a liberdade deve estar circunscrita às regras da moral. Se alguma vez o princípio de **conveniência** é útil e necessário, é quando se torna geral. O que convém a todos deve convir a cada um; eis aí o princípio da conveniência pública, ao qual deve estar subordinada a liberdade, segundo a entendem os povos modernos". (p. 242).

Dai, de igual modo, sua convicção inabalável na reabilitação do homem por si mesmo, vendo nisto um mistério dogmático infinito, tal qual o da bondade de Deus.

Acreditava inclusive que a diferença entre as raças iria desaparecer ao logo do tempo pela missão providencial da civilização em evolução, tendendo a fazer do mundo uma só e grande família. Tal tendência seria obra do poder civilizador do cristianismo, que, ao divulgar a caridade que concorre para o bem-estar, tornou-se também uma necessidade social. E caridade, para Abreu e Lima, era "ilustrar o povo, dirigi-lo pelas vias do cristianismo prático, ensiná-lo a viver à custa do seu trabalho, animando a indústria e o comércio, fomentando artes úteis e as ciências". (p. 270).

Realmente, sua visão era altamente otimista, embora profundamente cristã, mesmo porque sempre acreditou que na luta permanente dos dois princípios - progresso e regresso - os constantes tropeços da humanidade seriam reabilitados através das provações para melhoria de sua condição. Condição essa preocupação-proposta a um livre-pensador, ou muito mais a um romântico? Teria condenado os socialistas utópicos de sua geração? Ou seria simplesmente um ingênuo?

A nós nos importa analisar apenas a sua contribuição ao Brasil naquele momento histórico, já, cremos nós, que toda essa geração dos chamados "quarant'huitards" de Pernambuco, além de suas fragilidades peculiares, não pode adaptar-se facilmente à realidade brasileira, ignorando, muitas vezes, suas contradições específicas e a sua própria imaturidade no sentido de poder propiciar uma revolução proletária socialista. Em verdade, desarvorados teoricamente e contando com situações adversas, a geração dos "quarant'huitards" no Brasil seria apenas pioneira, o que, para a época, foi bastante. Sua influência, todavia, especificamente em Pernambuco, não foi pequena, sem ter, portanto, uma geração de todos frustrada, já que seu testemunho ficou, quando nada, nas "penas" de um Antônio Pedro de Figueiredo, de um Borges da Fonseca ou de um Abreu e Lima.

Acreditamos que o "socialismo" apregoado por Abreu e Lima ficou muito aquém daquele pensado, pelos autores europeus de sua geração. O título que deu à sua obra envolveu apenas alguns temas de interesse social, mas sem nenhuma conotação com qualquer ideologia socialista do século passado.

Em momento algum de sua vida, mesmo nos seus arroubos polêmicos com Varnhagen ou com o Cônego Januário da Cunha Barbosa, ou ainda com Monsenhor Pinto de Campos, teve, por exemplo, a objetividade de Antônio Pedro de Figueiredo, que, embora de igual modo encarasse o problema social num contexto cristão, sempre teria questionado a ordem das coisas então vigente, sempre teria condenado a grande propriedade, o acanhamento e a timidez de nossos partidos políticos, sem nunca haver pensado em transmitir para o Brasil qualquer modelo "revolucionário" estrangeiro. Tanto quanto Figueiredo, no entanto, lutaria para a organização dos poderes políticos ao lado das formas do estado social, das letras e das artes, dos usos e costumes, demonstrando sempre aversão total às tiranias e consagrando, em todos os momentos, o caráter cristão de sua filosofia, impellido pela sua maneira romântica e amorosa de pensar e agir...

Isto o teria impedido de ver, em sua exata etiologia, a crise geral do capitalismo de então, sem ter, de igual modo, tentado lutar, ao nível do real, pela melhoria das condições materiais da vida da população, mesmo porque chegou a acreditar em uma revolução social feita de "cima

para baixo". Apesar dessa sua linha ideológica, colocaria as inovações técnicas como determinantes da História, sem contudo deixar de ser providencialista; antes procurou conciliar Providencialismo e Historicismo.

Acreditamos que, nas páginas de **O Socialismo**, os estudiosos da Ciência Histórica terão um rico manancial a investigar, numa tentativa de interrelacionar idéias e fatos, influências políticas e ideológicas, à Histórica Política e Social do Brasil, uma vez que a postura de Abreu e Lima não é comum ao pensamento da época e, embora hoje possa-nos parecer "naive" toda a sua obra, dentro desta ingenuidade, deixaria já entrever uma série de problemas que mais tarde seriam tratados por outros autores, como Sílvio Romero, José Veríssimo, Pontes de Miranda, entre outros. Toda sua obra presta-se, pois, a um belíssimo estudo do caminho ideológico brasileiro, seguido de suas transformações infra-estruturais.

# MONSENHOR SALIM E O CENTRO DE CULTURA INTELECTUAL

Duílio BATTISTONI FILHO

Na história educacional campineira, ocupa um lugar de honra como pioneiro invulgar a figura maiúscula de monsenhor Dr. Emílio José Salim (1903-1968), cognominado mui justamente **Apóstolo da Educação**. Como humanista pode-se dizer que ele cedo aprendeu a admirar as obras-primas do engenho humano, desde os bancos escolares na sua pequenina terra natal, Sousas, Distrito de Campinas, e posteriormente no Liceu Nossa Senhora Auxiliadora. Na carreira eclesiástica, cursou inicialmente o Seminário Menor de Pirapora e depois o Seminário Maior de Campinas. Ordenou-se sacerdote a 16 de abril de 1927 em Roma, onde também se doutorou em Teologia pela Universidade Gregoriana.

Voltando ao Brasil, exerceu inúmeros cargos na Direção de estabelecimentos de ensino de diferentes graus e o magistério em Cursos Superiores, Eclesiásticos e Civis, dedicando-se ainda a incontáveis atividades culturais, educacionais, artísticas e religiosas, além de parouquiar durante três anos a Igreja do Sagrado Coração de Jesus, em Campinas. Imbuído da doutrina de Santo Tomás de Aquino, sabia o padre Salim que o mestre não é homem de pura vida contemplativa, mas também voltado ao ensino dos jovens. Seguramente, jamais deixou de estar em contato com a juventude, primeiro como professor e depois como dirigente.

Em 1941, preocupado com a tarefa de repensar a cultura nacional, à luz da fé, iniciou gestões com o padre jesuíta Leonel Franca, no sentido de se fundar uma Faculdade de Filosofia, semente da hoje Pontifícia Universidade Católica de Campinas.

Paralelamente às suas atividades de professor e educador, deixou uma obra significativa em revistas, jornais e livros ao abordar temas históricos, teológicos e educacionais. Cabe ressaltar aqui o seu notável livro **Ciência e Religião** escrita em 1934 em dois volumes e prefaciado pelo padre Leonel Franca. O primeiro volume denominado - **Apologia da Espiritualismo** - tornar-se-ia uma espécie de livro-de-cabeceira da intelectualidade campineira e brasileira, adotado como livro-texto em muitos Seminários e Escolas. O segundo, denominado - **Apologia do Cristianismo** - representou uma vibrante e erudita defesa da Igreja Católica<sup>1</sup>.

## ORIGENS DO CCI

A situação da Igreja Católica brasileira nas primeiras décadas deste século não era das melhores, principalmente no campo ideológico-político com o avanço das idéias republicanas, das idéias liberal-maçônicas, das idéias da Revolução Francesa, do Positivismo e do anticlericalismo. "O povo foge da Igreja" já dizia Antonio Alvares Lobo, solerte jornalista nas páginas de um jornal campineiro.<sup>2</sup>

Preocupado com esta situação, o cardeal do Rio de Janeiro, D. Sebastião Leme, em suas cartas pastorais, enaltecia a importância da intelectual católico como guardião da Igreja. Por isto, aprovava a fundação do Centro D. Vital, em 1922, obra do pensador Jackson de Figueiredo. Tal instituição estenderia sua influência através de tarefas políticas como a LEC (Liga Eleitoral Católica) e tarefas pedagógicas, como a Associação dos Professores Católicos<sup>3</sup>.

Quando o padre Salim retorna a Campinas, depois de sua ordenação sacerdotal, em princípios de 1928, o programa da Igreja Católica de Campinas tinha sido definido no Sínodo daquele ano, que

(1) Dados biográficos extraídos da revista da Universidade Católica de Campinas, nº 31, abril de 1969, número especial, dedicado a monsenhor Salim, por ocasião de seu falecimento.

(2) O Mensageiro, 1/05/1911.

(3) Beozzo, José Oscar, A Igreja entre a Revolução de 1930 e a Redemocratização. in: Fausto Boris e outros. História Geral da Civilização Brasileira. Brasil Republicano, S. Paulo, Difiel, 1984, vol. 3, p. 299.

privilegiava a assistência social e o ensino religioso com a importação de congregações estrangeiras<sup>4</sup>.

É interessante observar que a preocupação da Igreja era ocupar todas as áreas da cidade, e a criação do Colégio Ave Maria, em 1930, exemplificaria esta situação. As irmãs franciscanas foram chamadas a Campinas com a finalidade expressa de abrir um Colégio provido de ensino religioso sistemático. Foram chamadas para "difundir as luzes da fé e a educação religiosa"<sup>5</sup>.

Foi neste clima que o padre Salim fundou oficialmente<sup>6</sup> o Centro de Cultura Intelectual a 15 de agosto de 1931, preocupado que estava em formar uma classe dirigente católica. Seu propósito era reunir professores, profissionais liberais, estudantes, funcionários públicos e o público em geral, dando-lhes oportunidade de aparecer através de afirmações ruidosas. Lendo o noticiário da entidade na época, chamamos a atenção a luta em prol da **Ação Católica** e a ofensiva contra a laicização do ensino, como veremos adiante. Tal iniciativa empolgou a elite campineira, pois via nela uma oportunidade de debater idéias e mobilizar as pessoas em defesa da ordem religiosa.

O CCI tinha por objetivos: reunir o professorado católico campineiro, fornecer ao público uma sólida formação religiosa com base científica e filosófica, e por último, proporcionar às mulheres a oportunidade de encontros, já que outras associações, por puro preconceito, muitas vezes lhes negavam tal participação.

O ato inaugural contou com a presença do Exmo e Revdmo D. Francisco de Campos Barreto, estimado bispo diocesano, que benzeu todas as instalações do prédio que funcionava na rua Barão de Jaguará, 1283. Este, em sua alocução, pedia aos sócios que não se contentassem somente em reter os sábios ensinamentos que ali iriam usufruir, mas que pensassem nos gestos filantrópicos, na caridade, "pois só assim fazendo colocaríamos barreiras aos erros hodiernos e salvaguardar a família e a pátria brasileiras"<sup>7</sup>. Logo a seguir o padre Salim, em rápidas palavras, comenta os fins e utilidade do CCI.

(4) Benedetti, Luiz Roberto. Os Santos Nômades e o Deus estabelecido. São Paulo, Edições Paulinas, 1983, p. 154.

(5) Dados Históricos sobre o Instituto Ave Maria. Exemplar mimeografado, 1980, p. 1.

(6) O Centro já vinha funcionando provisoriamente desde junho.

(7) A Tribuna, 22/08/1931

A primeira sessão inaugural foi no Teatro Municipal com a conferência do Dr Antonio de Alcantara Machado que discorreu sobre o **Modernismo**. Foi saudado pelo Dr Lino de Moraes Leme.

A primeira diretoria do Centro ficou assim constituída: Presidente: José Ayrosa Galvão, Vice-presidente: Carlos Francisco de Paula, Secretário: Celso Ferraz de Camargo, Primeiro secretário: Ruth Dantas Villela, Segundo secretário: Ana Sampaio Freire, Tesoureiro: Benedito Rosa de Miranda, Orador: Dr Paulo Lobo, Conselho Fiscal: professores, Eugênio Zerbini, Benedita da Silva Costa e Joaquim Braga de Paula, Assistente Eclesiástico: padre Emílio José Salim, sem dúvida a alma do Centro, pelo seu empenho em abrir novos caminhos, estimular estudiosos e acima de tudo, dar alento criativo a tudo e a todos que o cercavam<sup>8</sup>.

O Centro mantinha um quadro associativo dividido em cinco categorias a saber: -efetivos (professores), correspondentes - (pessoas que residiam fora e se interessavam pelo Centro) - honorários - (pessoas merecedoras dessa homenagem) - beneméritos - (aqueles que contribuíam com uma importância pecuniária) e - assistentes - (pessoas não portadoras de diplomas acadêmicos e não exercendo nenhuma atividade no magistério)"

Algumas regalias eram proporcionadas aos sócios efetivos como assistência médica, odontológica, jurídica e farmacêutica. Para participar da entidade, os sócios assistentes teriam que se submeter aos Estatutos e ao estudo criterioso da Religião e Ciências como Filosofia, Sociologia, História e Literatura.

Os sócios inicialmente em número de 250 elegiam a Diretoria com um mandato de três anos e tinham que obedecer aos Estatutos, aos postulados da Igreja Católica e comungar pelo menos uma vez ao ano por ocasião da Páscoa dos Intelectuais. As reuniões da Diretoria eram realizadas na última segunda-feira de cada mês.

Iniciativa do padre Salim, como vimos, o Centro representou o segundo esforço (o primeiro foi o Centro de Ciências, Letras e Artes, fundado em 1901) bem sucedido para agremiar, na cidade, homens de

<sup>(8)</sup> Foram também presidentes do CCI: Ernesto Kuhlmann, Gumercindo Guimarães e Aníbal de Freitas.

inteligência. Não se limitou a atividades religiosas mas em preservar a convivência social, as boas maneiras e a defesa de certos princípios político-sociais<sup>9</sup>.

Perdida, como se acha parte da documentação que diz respeito àquela organização, torna-se difícil levantar a lista completa de seus cursos. Entretanto, vasculhando a imprensa da época, especialmente A Tribuna, órgão oficial da Diocese, deparamos com alguns deles. O Corpo Docente era bastante heterogêneo. Na verdade, muitos destes mestres eram da própria cidade, contudo, abriram novos horizontes para um intercâmbio cultural, o que resultou numa importante troca de experiências para os seus membros. Percebemos que faltou a muitos destes mestres uma unidade de direção, de gosto e de disciplina mental que lhes desse a oportunidade de atuarem numa coluna cerrada, como componentes de uma escola. A heterogeneidade era flagrante também nos próprios cursos que incluíam desde Religião, Filosofia, História ...até Arte Culinária, Violão e Corte e Costura.

O CCI durou de 1931 a 1946 com breve interrupção por ocasião da Revolução Constitucionalista de 1932. Durante este período foram realizados muitos cursos. Sendo optativos, os estudiosos procuravam aqueles que mais lhes interessassem, através de programas previamente estabelecidos. Assim, os primeiros foram os de Cultura Religiosa (padre Salim), Cultura Pedagógica (Juvenal Wagner) e Cultura Artística (Olga Husmann). Pouco depois viriam os cursos de História, Português, Desenho, Filosofia do Comunismo, Declamação, Inglês, Francês, Arte Culinária, para citar alguns<sup>10</sup>.

Damos a seguir uma relação das disciplinas mais em evidência e seus respectivos professores: **Pedagogia** (João Toledo e Carlos A. Barbosa de Oliveira), **História** (Ernesto Kuhlmann e Ondina Villela), **Higiene** (Gumerindo Guimarães), **Inglês e Francês** (Max Farjallat), **Violão e Declamação** (Mary Buarque), **Português** (Benedito Sampaio), **Sociologia** (Emílio José Salim), **Astronomia** (João Lourenço Rodrigues), **Moral** (padre Luís Fernandes de Abreu), **Dogma** (padre José Nardini),

<sup>(9)</sup> Correio Popular, 21/09/1931.

<sup>(10)</sup> Em todos os cursos seria cobrada uma taxa sendo que os sócios teriam um desconto. Alguns cursos eram gratuitos. Obrigatoriamente seria realizada uma "discreta" prova escrita após o término deles. A partir de 1935 as pessoas que os frequentassem gozariam de um desconto de 50%.

**Exegese da Bíblia** (padre Agnelo Rossi), **Filosofia** (padres Agnelo Rossi e Hilário Ferraz Coelho), **Atualidade Jurídica** (Plínio Correia de Oliveira).

Além dos cursos propriamente ditos, o CCI promoveu a vinda de conferencistas. Só para citar alguns deles, tivemos entre nós: Dr. Antonio de Alcântara Machado (1931), Havin de Matos (1932), Dr. Manoel Victor de Azevedo (1932), Dr. Carlos A. Barbosa de Oliveira (1933 e 1934), João Toledo (1933), Dr. Antonio Cezarino (1933), Dr. José Carlos de Ataliba Nogueira (1935, 1937, 1939, 1941), Plínio Correia de Oliveira (1936), Dr. Altino Arantes (1938), Dr. Borges Vieira (1939), Alceu Amoroso Lima (1939). Muitas destas conferências, devido ao grande afluxo de público foram realizadas no Teatro Municipal, no Clube Semanal de Cultura Artística e no salão do Centro de Ciências, Letras e Artes.

Dos cursos e conferências proporcionados pelo CCI dois professores se destacam como os seus maiores incentivadores: Dr. José Carlos de Ataliba Nogueira e o padre Agnelo Rossi.

O Dr. José Carlos de Ataliba Nogueira nasceu em Campinas em 1901. Fez o curso primário nesta cidade, estudou no Seminário Episcopal de Pouso Alegre, Minas Gerais, e completou os seus estudos secundários no Ginásio Diocesano Santa Maria de Campinas. Mais tarde ingressaria na Faculdade de Direito do Largo de S. Francisco, onde se formaria em 1925.

Dentre as suas inúmeras atividades destacariamos: professor, jurista, jornalista, além de ocupar cargos relevantes como deputado federal por S. Paulo e também Secretário da Educação por este Estado.

Suas conferências no CCI marcaram época pelo sua imensa cultura e pelo vigor de suas teses. Os temas foram os seguintes: **O CCI no seu quarto aniversário** (1935), **Princípios básicos da Constituição de 10 de novembro de 1937** (1937), **O Bispo D. Nery** (1939) e **Cinqüentenário da Rerum Novarum** (1941).

Ataliba Nogueira escreveu bastante, tendo deixado numerosa obra de Direito e História (o seu livro sobre **Antonio Conselheiro e Canudos** é um belo estudo sobre este personagem).

Os últimos anos de sua existência exitosa, passou-as tranqüilamente na sua chácara na Estrada da Rhodia, Distrito de Barão Geraldo onde recebia os amigos para um **bate papo**. Faleceu em S. Paulo a 22 de outubro de 1983<sup>11</sup>.

Outra figura exponencial do CCI e braço direito de cônego Salim foi o padre Agnelo Rossi. Natural de Joaquim Egydio onde nasceu em 1913. Depois de seus estudos primários, ingressou no Seminário Diocesano Santa Maria. Pouco depois faria seus estudos de Teologia na Pontifícia Universidade Gregoriana de Roma onde se ordenaria sacerdote, em 1935, com a tese **Protestantismo no Brasil**<sup>12</sup>.

Na volta ao Brasil muito ajudou o cônego Salim no CCI. Foram memoráveis os dois cursos dados por ele. O primeiro sobre **Iniciação Filosófica** (1945) e o segundo sobre Filosofia do Comunismo (1946)<sup>13</sup>, praticamente os últimos dados no Centro.

Sua participação na fundação das Faculdades Campineiras foi fundamental para que estas se transformassem depois na Pontifícia Universidade Católica de Campinas.

Em 1956 foi sagrado bispo de Barra do Pirai, Estado do Rio de Janeiro. Pouco depois foi bispo de Ribeirão Preto e S. Paulo. Em 1965 foi elevado à púrpura cardinalícia pelo papa Paulo VI.

Na década de 70 foi chamado a colaborar no Vaticano desempenhando várias funções administrativas relevantes como, por exemplo, **Prefeito da Congregação para a Evangelização dos Povos**. Visitou 98 países e foi um dos principais críticos da **Teologia da Libertação**, sempre apresentando documentos contra os **progressistas** da Igreja.

Faleceu a 21 de maio de 1995 em Helvetia, bairro de suíços, no município de Indaiatuba<sup>14</sup>.

<sup>(11)</sup> Lapa, José Roberto do Amaral. Ataliba Nogueira. Correo Popular, 17/11/1983.

<sup>(12)</sup> O padre Agnelo Rossi teve um papel saliente como polemista contra o protestantismo vendo nele "uma heresia e uma variante "errada" do Cristianismo. Vide de sua autoria, Diretório Protestante no Brasil, Campinas, Tipografia Paulista, 1938.

<sup>(13)</sup> Editado em 1947 pela Editora Vozes, de Petrópolis, como o mesmo título.

<sup>(14)</sup> Costa, Maria Teresa. O menino esforçado que serviu seis papas. Correo Popular, 23/05/1995.

Os debates também foram o momento importante das atividades do CCI. A imprensa deu destaque àquele realizado em 1933 sobre **O papel da mulher fora de casa** coordenado pelo padre Salim. Atuaram como relatora, Ruth Villela e como defesa, Teresina F. Pares. Foram debatedores: Celso Ferraz de Camargo, Cesar Frazzato, Manoela Pousa, Olga Gurgel do Amaral e Lair Lefebre.

Em 1934 o Centro reúne seus cursos numa tentativa de se criar uma Faculdade de Ciências, Letras e Artes. A inauguração deu-se às 20 horas no Salão do Clube Semanal de Cultura Artística. O programa constou da abertura pelo presidente, Ernesto Kuhlmann e na segunda parte houve uma sessão litero-musical. Os primeiros cursos desta novel Faculdade eram compostos de: História do Brasil (Ernesto Kuhlmann), Sociologia (cônego Salim), Cultura Religiosa (padre Sebastião Pujol), Francês (Max Farjallat), Higiene do Trabalho (Gumercindo Guimarães).<sup>15</sup>

Entretanto, a Faculdade de Filosofia duraria até 1941, pois neste ano, o cônego Salim instalaria uma outra, muito mais organizada, em outro local, segundo as determinações do Ministério da Educação e Cultura. Devido ao novo empreendimento deixa o cargo de Assistente Eclesiástico do CCI passando-o para o padre Aniger Francisco Maria Mellilo<sup>16</sup>.

## O CCI E A "ESCOLA NOVA"

Nos anos 30, a Educação, reservada tradicionalmente a uma pequena camada saída das classes dominantes, sofreria a pressão dos segmentos médios que reclamavam uma educação secundária mais democrática. Daí, o grupo conhecido como Escola Nova agrupado em torno dos educadores, Anísio Teixeira, Lourenço Filho, Fernando de Azevedo e outros, entra na batalha pela democratização do ensino. Através de um Manifesto reivindicavam a gratuidade e obrigatoriedade do ensino, sua laicidade, a co-educação e um Plano Nacional de Educação. Os católicos se opunham a esta corrente<sup>17</sup> como deduzimos

<sup>(15)</sup> A Tribuna, 24/02/1934.

<sup>(16)</sup> A Tribuna, 26/06/1941.

<sup>(17)</sup> Nesta ocasião, a Igreja tinha o monopólio do ensino, com cerca de 90%. Só a Diocese de Campinas contava com sete Colégios Secundários, oito jardins da infância e onze escolas primárias. Cf. Poliantéia do Cinquentenário da Diocese de Campinas - 1908-1958. Linográfica Editora, 1958, s. p.

do teor das conferências sobre Escola Nova realizadas no CCI e proferidas pelo monje beneditino, D. Havin de Matos em 1932 e pelo pedagogo João Toledo, em 1933. Estes educadores apontavam o perigo de que a interferência do Estado pudesse levar ao monopólio do ensino. As linhas mestras destas conferências eram o combate ao laicismo e a co-educação por ferirem princípios da filosofia educacional católica.

## A "AÇÃO CATÓLICA" E O CCI

Após a promulgação da Constituição de 1934, criou-se um vazio na atuação política da Igreja, quando a Liga Eleitoral Católica perdera sua utilidade, mormente nos trabalhos do período eleitoral.

Em 1935 vai ser criada a **Ação Católica** que terá a tarefa de militância apostólica, formada por leigos em âmbito nacional, estabelecendo radical separação entre a esfera pública e a esfera privada da vida. Os leigos com um pé na instituição religiosa e com outro no mundo profano, através do trabalho profissional, ocuparam posição estratégica para estabelecer os primeiros contatos e implementar a presença da Igreja em áreas não atingidas pelo sagrado.

Nas grandes cidades, as transformações foram mais profundas. Aí criou-se um espaço não religioso, no mundo dos negócios, nas fábricas, no campo intelectual e político em que a **Ação Católica** encontra seu terreno privilegiado e onde os intelectuais recrutados para ela exercem função crucial.

Os anos de 1922 a 1935 foram ricos de iniciativa como a criação da revista **A Ordem e do Centro D. Vital, o surgimento de leigos e as figuras de D. Sebastião Leme e de Alceu de Amoroso Lima**. Tudo isso traria como conseqüências, muitas conversões e uma espontaneidade nas adesões<sup>18</sup>.

Logicamente que estas idéias teriam grande ressonância em Campinas a ponto da Ação Católica local contar com um jornal **Voz da Juventude** e uma livraria (Imaculada) especializada em livros religiosos, como também no CCI, mormente depois da conferência proferida pelo

<sup>(18)</sup> Beozzo, José Oscar, A Igreja... op. cit. p. 323.

Dr. Altino Arantes, ex-presidente do Estado de S. Paulo sobre o tema **Ação Católica** realizada no Teatro Municipal, em 1938.

O cônego Salim convidaria também o intelectual católico, Alceu Amoroso Lima (1893-1983) para visitar o CCI em 1939 e que faria uma conferência para uma platéia lotada no Teatro Municipal de Campinas também sobre o mesmo tema.

Digna de menção foi a grande amizade que os unia a ponto de ambos manterem uma ativa correspondência e muitas vezes o Dr. Alceu, quando solicitado retornaria a Campinas, para palestras na Faculdade de Filosofia. Não nos esqueçamos que ele presidiu a **Ação Católica** de 1935 a 1945. No dizer de Antonio Carlos Villaça, "três movimentos o entusiasmaram: o movimento litúrgico, a renovação tomista e a **Ação Católica**. Oração, Inteligência, Ação"<sup>19</sup>

## EVENTOS SOCIAIS

Não só de conferencias e cursos viveu o CCI, mas de sessões comemorativas quando era enorme a afluência de pessoas para participarem de momentos litero-musicais, festas natalinas, Páscoa dos Intelectuais, excursões e o tradicional chá semanal servido aos presentes.

As sessões litero-musicais eram muito concorridas, sempre a cargo da sra Elifas Chinellato, exímia pianista e grande divulgadora da música erudita onde os compositores clássicos se destacavam.

Por ocasião das festas natalinas o Centro não esquecia das pessoas pobres e necessitadas quando havia farta distribuição de brinquedos e agasalhos sempre sob a direção da sr<sup>a</sup> Jandira Pacheco e Silva.

No dia 4 de outubro de 1937, no dia de S. Francisco, foi realizada uma homenagem ao bispo diocesano, D. Francisco de Campos Barreto, onomástico de S. Excia Redvma, com a inauguração de seu retrato pintado a óleo pelo artista Salvador Caruso.

<sup>(19)</sup> Villaça, Antonio Carlos. Do Agnosticismo ao Catolicismo Militante, Suplemento Cultura do Estado de S. Paulo, 21/08/1983.

A 4 de dezembro deste mesmo ano houve uma sessão comemorativa da elevação de Campinas de Vila a Comarca, com números musicais a cargo do Conservatório Gomes Cardim.

Manifestações e palestras foram realizadas por ocasião do primeiro centenário do nascimento de Carlos Gomes, em 1936, a morte do papa Pio XI, em 1938 e o Cinqüentenário da encíclica **Rerum Novarum** de Leão XIII, em 1941.

O CCI criou sua própria biblioteca e deve-se ressaltar a atuação de dois departamentos: Associação Feminina e Assistência ao Professor. Ambos foram responsáveis pela parte social da entidade, organizando excursões a diversas cidades brasileiras, debates mensais, espetáculos teatrais, como a comédia **O maluco nº 7** de Armando Gonzaga e o processo de Galileu Galilei, dentre muitos.

Em suma, eis aí algumas notas sobre o CCI que correspondeu plenamente às expectativas do público intelectual campineiro e que representou um marco na história cultural da cidade.

## OUTRAS RAÍZES DO BRASIL \*

Miguel REALE

Já tive ocasião, em outra oportunidade, de declarar concordar com a tese de Gerardo de Mello Mourão de que o Brasil é uma "invenção do mar", no sentido de que a cultura ou civilização brasileira resultou da chegada a esta parte do continente americano de populações ultramarinas, provenientes da Europa e da África, juntando-se aos aborígenes. Surgiu, assim, uma nação formada de brancos, indígenas e africanos, tendo como base principal a contribuição portuguesa, a começar pela língua, que é o solo fundamental da cultura.

Foi com tais elementos que se instaurou a **empresa** destinada a constituir o Brasil com seus próprios meios e suas próprias forças, em correlação, é claro, com os valores da comunidade universal. Já é tempo, todavia, de superar o vezo de examinar e compreender a cultura brasileira tão-somente em função dos três elementos originários dos tempos coloniais, sem nos convenceremos de que essa visão pode, em parte, corresponder à gente do Norte e do Nordeste, mas não atende à civilização que se desenvolveu e se desenvolve no resto do País, notadamente no Sul e no Sudeste.

Ao tratar das "raízes da civilização brasileira", é costume conferir valor acessório e secundário ao poderoso surto imigratório que já tem mais de um século de ininterrupta existência, pois começou a partir das duas últimas décadas do século passado, com a chegada em massa de italianos, alemães, poloneses, espanhóis, sírios, libaneses, judeus e, num segundo momento, japoneses, coreanos, etc., sem falar e

---

(\*) Transcrito, com a devida vênia, de "O Estado de S. Paulo", de 7 de março do corrente ano.

novo surto imigratório português, especialmente com o êxodo de trabalhadores devido à grave recessão provocada pelo regime salazarista.

Na admirável obra de Sérgio Buarque de Holanda, assim como nos demais estudos sobre as origens de nossa civilização, em geral pouca ou nenhuma atenção é dispensada à vinda ao Brasil, de maneira contínua e ao longo do tempo, de tão numerosas populações, oriundas de todos os pontos da Terra.

Nesse sentido, bastará verificar que na volumosa **História Geral da Civilização Brasileira**, escrita por Sérgio Buarque de Holanda e por ele dirigida com a colaboração de ilustres especialistas nos diversos temas abordados, a questão da imigração não mereceu senão 37 exíguas páginas, e assim mesmo num trabalho mais de sentido descritivo e estatístico.

Todavia, não é mister tecer longas considerações para demonstrar que a estrutura étnica e cultural do Brasil de hoje é impensável sem a contribuição das ondas das sucessivas gentes que vieram alterar substancialmente nosso modo de ser, nosso sentido de vida, com inegáveis reflexos tanto na linguagem falada como na escrita.

Não é de hoje que sinto essa falha ou lacuna no estudo das raízes culturais de nosso país. Já em 1937, numa de minhas obras juvenis, intitulada **Atualidades Brasileiras** (Schmidt Editor), eu demonstrava o seu relevante significado. Seja-me permitido transcrever aqui parte do que então escrevi, pois não saberia expressar-me melhor:

"Para fazer-se uma idéia da contribuição dos imigrantes à nossa cultura", escrevia eu, "basta lembrar o quadro indicador do volume das primeiras correntes imigratórias, de 1880 a 1933, de acordo com as últimas pesquisas estatísticas. Elas nos dizem que 1.478.948 italianos, 1.383.878 portugueses, 591.397 espanhóis e 211.031 alemães vieram para o Brasil, no curso espaço de 60 anos. Com as demais contribuições imigratórias, temos uma cifra aproximada de 5 milhões de homens, ou seja, mais que a quinta parte da população do Brasil em princípios deste século! Pouco mais que essa foi a imigração negra em três séculos de nossa História, segundo Pedro Calmon. Ora, essa enorme massa humana era formada, não de rebotalhos de raças, mas de elementos eugênicos que, se receberam, como era natural, a influência poderosa do meio ambiente, também reagiram sobre esse meio, inspirando novos

costumes, novas maneiras de apreciar a vida, novo sentido do progresso.

Essa contribuição trazida para nossa terra não pode ser considerada, sem mais nem menos, ilegítima ou deformadora. Os descendentes de italianos, espanhóis ou alemães não podiam deixar de projetar sobre os quadros da sociedade brasileira toda a riqueza psíquica recebida no seio da família. É engano pensar que a contribuição do imigrante só deve ser medida em cifras, enumerando o número de suas propriedades, de suas fazendas, de suas fábricas, de seus capitais. O imigrante trouxe também uma alma, valores espirituais, usos e costumes. Muitos desses costumes foram introduzidos no Brasil. Hoje, são costumes brasileiros, às vezes difíceis de caracterizar, de tal forma se acham interpenetrados com os elementos anteriores de nossa formação."

Os dados supra lembrados, de certa forma, correspondem aos constantes do IX volume, página 100, da citada **História Geral da Civilização Brasileira**, na qual se lê que, "de 1890 a 1929 entraram ao todo no Brasil (...) 3.523.591 imigrantes", computados 79.052 austríacos, 86.577 japoneses, 108.475 russos e 73.690 sírio-libaneses. Todavia, como a grande imigração prosseguiu, notadamente a japonesa, não houve exagero em meus cálculos de 1937.

Mais relevante, porém, do que o número dos indivíduos é a natureza da contribuição cultural por eles trazida em todos os campos da vida nacional, desde os usos e costumes às mais altas criações nos domínios das artes, das ciências, das letras, do esporte, da dança, etc., desde a mais elementar força de trabalho às mais apuradas especializações técnicas, o que ninguém com um mínimo de imparcialidade poderá contestar.

A esta altura do presente artigo, é possível que alguém já me esteja acusando de "imperialismo alienígena" ou do desejo de desfigurar o cerne dos valores fundantes de nossa cultura, mas, modéstia à parte, eu sou um exemplo típico da miscigenação e da polivalência de nossa cultura. Meu nome todo é Miguel Vieira Ferreira da Rosa Goes Chiaradia Reale e, se me orgulho de, pelo lado materno ascender aos troncos de grandes famílias lusitanas, orgulho-me também de descender, por ambos os lados, dos Reale, numerosa estirpe do sul da Itália, e dos Chiaradia, de ascendência vêneta.

Eis, meus caros amigos, um pequeno exemplo da polifonia do que se pode chamar "cultura brasileira", na pluralidade cromática de seus valores materiais e espirituais, comprovando quanto me assiste razão de reclamar a atenção de nossos estudiosos para novas e não menos fundantes raízes de nossa civilização, a qual não se deformará com esses novos contingentes de sangue, de modos de vida, de formas de sentir e de querer, de cheiros e sabores cotidianos, de engenho, arte e fantasia criadora, pois tudo, afinal, confluirá sempre no sentido do engrandecimento do patrimônio comum, cujo suporte intocável é a unidade da língua, "última flor do Lácio inculca e bela". O certo é que sem a imigração de mais de um século o Brasil é irreconhecível.

## A PROPÓSITO DE OUTRAS RAÍZES DO BRASIL, DE MIGUEL REALE

Myriam ELLIS

Leitora assídua e colecionadora dos brilhantes escritos quinzenais com os quais o nosso grande mestre prestigia e enriquece, em sábados alternados, a edição do jornal "O Estado de S. Paulo", não poderia furtar-me a alguma consideração sobre o palpitante tema em pauta.

O título **Outras raízes do Brasil** pressupõe as raízes anteriores e, de pronto, remete o leitor à magistral obra **Raízes do Brasil**, na qual Sérgio Buarque de Holanda empenha-se em desenterrar os alicerces do nosso passado mais antigo.

Sobre os tempos menos remotos, o artigo de Miguel Reale, indiretamente traz à tona, evidencia e valoriza a obra fundamental e pioneira de Alfredo Ellis Júnior; **Populações Paulistas** que, na mesma linha de pensamento aborda matéria que se reporta a São Paulo - Província e Estado - polo principal, por razões econômicas, o polo por excelência de atração dos movimentos imigratórios do país.

Esboço sociológico do povo paulista na década de 1920 a 1930, mais uma síntese do que propriamente um estudo analítico, segundo o Autor, o livro **Populações Paulistas**, de Alfredo Ellis Júnior, propõe uma possível seqüência do seu **Raça de Gigantes** e aponta rumos para novas investigações.

Retrato demográfico de São Paulo às vésperas da revolução de 30, para publicação no "Correio Paulistano", em capítulos avulsos, a obra veio a ser editada, com revisões e acréscimos posteriores, somente

em 1934, pela Companhia Editora Nacional (série "Brasiliana", vol. 27), conforme explica Alfredo Ellis Júnior no prefácio:

"... o que era o **Populações Paulistas** estava na redação desse jornal, quando, sobrevindo o movimento de 30, foi ela vandalicamente destruída.

Os puritanos de então queriam exterminar o que eles acreditavam malsão, na sua clamorosa ingenuidade. Daí a série de atentados praticados nas famosas jornadas outubrinhas. Os originais do **Populações Paulistas** acompanharam a desdita da redação do "Correio Paulistano", vítima inocente da voragem destruidora dos aliados do sr. Getúlio Vargas, esses que confessam hoje, tiveram a boa fê de abrir as portas de Itararé ao invasor da nossa terra...

Tempos se passaram, e devido a conselhos repetidos do meu prezado amigo Antônio de Alcântara Machado, reconstitui o estudo incendiado no "Correio Paulistano".

Graças a novas pesquisas e a novos esforços eu refiz as páginas do trabalho. Elas foram publicadas, algumas, na "Revista Nova", na "Política" e outras serviram-me de base para as conferências que realizei na Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo...

Mas os escolhos da vida e as asperezas do **struggle for life**, obrigando-me aos combates pelo pão diuturno impossibilitaram-me de me dedicar inteiramente a esse único objetivo científico. Tenho demorado, por esse motivo, o andamento deste trabalho, constantemente interrompido por outros afazeres de premência mais imediata. Daí o retardamento do esboço sociológico do povo paulista na década de 1920 a 1930. O trabalho não é perfeito, mas abrirá, entretanto, novos horizontes a novas buscas... é um livro baseado na verdade, em toda a verdade e só na verdade..."

E prossegue Ellis Júnior:

"Todo o esforço meu tem girado em torno de buscar esclarecer o grupo social paulista nos fenômenos da sua vida, pelos capítulos da sua trajetória evolutiva..."

Em **Populações Paulistas**, Ellis Júnior, sempre atento às coletividades, vai ao encontro dos grupos sociais que se sobrepujaram ao alicerce básico pré-existente estabelecido pelos homens das arrancadas sertanistas e cafeeira dos séculos precedentes (XVI ao XIX). E, pioneiro, através de erudita e abrangente visão de conjunto, apoiada em renomada bibliografia científica contemporânea e fontes oficiais - recenseamentos, estatísticas e relatórios - aborda a nova gente paulista. Gente oriunda, em grande parte, do movimento imigratório de importação de braços para a lavoura a partir da segunda metade do século XIX, de que resultou a incorporação de italianos, espanhóis, portugueses, japoneses e descendentes à evolução populacional do nosso Estado.

A essas coletividades acrescentam-se os contingentes estrangeiros de imigrações exclusivamente espontâneas de sírios, libaneses, alemães, austríacos, húngaros e outros. Avaliados, todos, quanto à origem, estabelecimento, distribuição geográfica e profissional no território paulista.

Dividida a obra em duas partes, a primeira, a mais alentada, analisa favoravelmente a presença do imigrante, o italiano de preferência, no panorama sócio-econômico paulista - rural e urbano - a partir do final do século passado. E avalia os processos de assimilação e aculturação dos estrangeiros - pelo cruzamento, educação ou adaptação - mediante critérios sociológicos.

Consideradas são a presença do elemento negro e a questão da imigração interna de gente do Nordeste do país, da Bahia, de Minas Gerais e outras áreas, de evidente complexidade antropológica e cultural, atraída para o Estado de São Paulo pelos salários possíveis à lavoura do café ou à indústria paulista. Os **sãopaulistas**, na expressão de um antigo jornal.

Observa, ainda, Alfredo Ellis Júnior, como se asseantaram em tão desiguais proporções, os variados tipos antropológicos oriundos de diversas culturas e dotados de diferentes mentalidades; como se assentaram esses diversos elementos humanos que entraram na composição das populações paulistas até 1930, aproximadamente.

E conclui ser o povo paulista, na ocasião, o conjunto de todos aqueles elementos e São Paulo uma unidade de tumultuado cenário de

cujo "jogo de forças", acreditava, haveria de surgir "uma sentimentalidade igual e coesa em torno dos interesses paulistas".

O seu grande ideal...

A segunda parte do livro, intitulada Repartição da população, trata da distribuição demográfica em território paulista, distribuição diversificada quanto à densidade e às particularidades coletivas e individuais. E propõe critérios para a sua apreciação. E finaliza:

"Se tivermos de experimentar a tendência de caminhar pra uma quantidade de gente em demasia para a nossa área territorial, teremos a sofrer as mesmas conseqüências que afligem os países da velha Europa. Cuidamos da quantidade. É tempo de pensar na qualidade..."

# TAUNAY E A HISTÓRIA DE SÃO PAULO NO SÉCULO XVI\*

João Ricardo de Castro CALDEIRA\*\*

Através do presente trabalho, pretendo analisar o livro São Paulo no Século XVI, de Affonso Taunay. Dividi meu texto em duas partes. Na primeira, teço alguns comentários sobre a importância dos estudos de Taunay acerca do bandeirismo, baseando-me em análises de José Honório Rodrigues. Na segunda parte, na medida em que considerei ser extremamente penoso resumir o livro aqui comentado, por sua riqueza de detalhes, e para não tornar enfadonha minha exposição, preferi elencar minhas impressões sobre o mesmo.

## 1. BREVES COMENTÁRIOS SOBRE TAUNAY

Affonso d'Escragnolle Taunay nasceu em Florianópolis, Estado de Santa Catarina, em 11 de julho de 1876, filho do Visconde de Taunay, o autor de **Inocência**, e faleceu em São Paulo no ano de 1958.

Dentre suas diferentes contribuições à historiografia nacional, destacam-se seus estudos sobre a história de São Paulo e, especificamente, do fenômeno do bandeirismo. Em relação a esse tema, sua obra principal é a **História Geral das Bandeiras Paulistas** (em 11 volumes, publicados entre 1924 e 1950). De acordo com José Honório Rodrigues, com esse trabalho Taunay tornou-se o responsável pelo preenchimento dessa

---

(\*) Versão um pouco modificada deste trabalho foi apresentada em reunião do Grupo de Trabalho "Historiografia Brasileira" do CEDHAL-USP, no dia 21 de agosto de 1997.

(\*\*) Doutorando em História Social-USP.

lacuna que havia em nossa História, dado que na **História Geral do Brasil** de Varnhagen o capítulo acerca das bandeiras era pífio<sup>1</sup>. Assim, através de suas pesquisas, em grande parte Taunay venceu a "crise radical da nossa continuidade histórica, criada pelo esquecimento do bandeirismo", em cujo estudo enveredou por influência de Capistrano de Abreu<sup>2</sup>.

Engenheiro de formação, foi como Diretor do Museu Paulista, entre 1917 e 1945, que Taunay transformou "a si mesmo em historiador de grande reputação e ao Museu numa instituição histórica"<sup>3</sup>, consolidando os **Anais do Museu Paulista**, entre 1922 e 1945, nos quais fez publicar importantes documentos sobre a história de São Paulo. Ainda nessa época, tornou-se também o primeiro Professor de História do Brasil no ensino superior, na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, desde 1934.

## 2. SÃO PAULO NO SÉCULO XVI: O LIVRO

Dentre as principais obras publicadas nas primeiras décadas do século XX e que trataram da história de São Paulo no início do período colonial, abordando, entre outros, o tema do bandeirismo, destaca-se o livro **São Paulo no Século XVI**, de Affonso Taunay<sup>4</sup>. Nessa obra, Taunay teve por objetivo narrar "*a humildade e singeleza dos heroicos primeiros annos*" (p. VII) da cidade de São Paulo, os quais contrastavam com a pujança da metrópole do século XX.

Para a concretização desse objetivo, afirma o autor não ter ambicionado mais do que recorrer com o maior afinco "*à licção das fontes documentaes*" (p. VII) que utilizou na montagem de sua narrativa. Essas fontes, às quais Taunay promete fidelidade, são os relatos de

(1) CF. RODRIGUES, 1970, p. 154.

(2) RODRIGUES, 1977, p. 98.

(3) Id., ibidem, p. 84.

(4) Para uma interpretação acurada do bandeirismo, e análise das obras de autores vinculados a essa temática, como o próprio Affonso Taunay, Alcântara Machado, Alfredo Ellis Jr., Washington Luís etc., vide o trabalho de ABUD, 1985, cujo objetivo foi "estudar a história da construção do conhecimento sobre as bandeiras paulistas e investigar os mecanismos e relações que levaram à constituição do bandeirante como o maior símbolo do homem do estado de São Paulo" (p. 2), desde o período colonial até o Estado Novo.

cronistas coloniais e dos jesuítas, aos quais se somam as *Actas e o Registo Geral da Câmara de São Paulo*, até então inexplorados.

A fim de não me prender em detalhes e citações do livro ora analisado, preferi elencar, aqui, algumas considerações acerca do mesmo.

Em primeiro lugar, desejo destacar que a obra em apreço é marcada pela exaltação do papel dos jesuítas na formação histórica de São Paulo, considerados por Taunay superiores aos primeiros colonizadores da região, devido a sua atuação como catequizadores, educadores, moralizadores, defensores dos indígenas contra sua escravização pelo branco etc.

Ainda de acordo com a proposição acima, o autor estabelece uma distinção entre a atuação dos jesuítas e a dos demais colonizadores. Pode-se afirmar mesmo que, para Taunay, somente os primeiros desempenharam papel efetivamente civilizador no processo de colonização, posto que, enquanto guerreiro, o branco não se distinguiu do silvícola, permitindo que sua moral e costumes se dissolvessem; ao contrário, os jesuítas impunham sua visão de mundo aos nativos, fazendo com que prevalecessem os valores civilizados.

Devido a seu objetivo de narrar a "*história civilizada de S. Paulo*", Taunay não envereda pela descrição pormenorizada dos costumes indígenas (a propósito, não inclui em sua documentação o *Diálogo sobre a Conversão do Gentio* (1558), de Manoel da Nóbrega, que contém informações a esse respeito). Os índios merecem referência apenas no tocante a sua relação - se amistosa ou não - com os jesuítas.

Em diversas passagens, Taunay procura atestar a superioridade dos jesuítas. Relatando a oposição que Ihes fazia João Ramalho, pioneiro colonizador português, fundador e capitão da povoação de Santo André da Borda do Campo, em várias passagens Taunay busca ressaltar que a população dessa vila preferia juntar-se aos missionários, decorrendo daí o afluxo de emigrados para Piratininga.

A certa altura do livro, o autor afirma a vitória em definitivo do modelo jesuítico sobre os demais:

*"Triumphava a robusta organização, prodigiosa disciplina da Companhia, orientada por homens da intellectualidade e das virtudes de um Nobrega, de um Anchieta, e apaixonados da formula famosa do perinde ac cadaver"*(p. 43).

De todo modo, o texto de Taunay confirma a promessa do mesmo de ser fiel às fontes. Por um lado, a exaltação da atividade jesuítica coincide com os capítulos iniciais do livro, fundados na leitura da documentação da Companhia. É possível considerar que Taunay tenha apenas reforçado a perspectiva dos próprios missionários sobre a atuação dos jesuítas em Piratininga. Por outro lado, o texto sofre certa inflexão quando passa a abordar a História de São Paulo colonial a partir da leitura das *Actas e do Registo Geral da Câmara de São Paulo*, tratando então o autor de analisar outros pormenores relativos aos costumes da população, aos códigos de posturas determinados pelos vereadores - destacando a prática da fortificação da vila para sua defesa etc.

O fenômeno das bandeiras ocupa parte relativamente reduzida do livro, entre as páginas 233 e 264, quando o autor analisa as entradas de André de Leão, em 1601 e a de Nicolau Barreto em 1602, à procura de metais preciosos, iniciando o processo de conquista do Brasil pelos brasileiros. No entanto, como adverte no início do livro, o século XVII inicia um período totalmente novo na História de São Paulo, "*o da ativação das entradas produzida pelas instigações de D. Francisco de Souza aos Paulistas*" (p. VI).

Assim, ao narrar a História de São Paulo no século XVI, Taunay procura fornecer elementos que comprovem a superioridade da população de Piratininga, composta de mestiços de índios e brancos - de que resultavam "*especimes superiores no tocante à energia e ao animo emprehendedor*" (p. 223) - e educada dentro da disciplina jesuítica - de que resultava um povo civilizado e disciplinado, apto para realizar a empresa das bandeiras e, portanto, da expansão nacional, a partir do século XVII.

## BIBLIOGRAFIA

- ABUD, Katia Maria. **O sangue intemorato e as nobilíssimas tradições. A construção de um símbolo paulista: o bandeirante.** Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP). São Paulo, 1985. Mimeo.

RODRIGUES, José Honório. **História e Historiografia**. Petrópolis: Vozes, 1970.

---

Taunay e a História do Brasil. **Revista do Arquivo Municipal**. São Paulo: Divisão de Arquivo Histórico da Prefeitura do Município de São Paulo, 189: 83-100, janeiro/junho de 1977.

TAUNAY, Affonso d'Escragnolle. **São Paulo no Século XVI. História da Vila Piratininga**. Tours: E. Arrault & Cia., 1921.

# RECENSÃO DO LIVRO: SENHORES DE ENGENHOS JUDEUS EM PERNAMBUCO 1642-1654, DE JOSÉ ALEXANDRE RIBEMBOIM

Recife: FUNDAJ, Ed. Massangana; 20-20 Editora, 1995.

Leonardo Dantas SILVA  
da Fundação Joaquim Nabuco

A presença de cristãos-novos e judeus nos dois primeiros séculos da colonização do Norte do Brasil vem fascinando pesquisadores e curiosos da nossa história colonial, daí o interesse despertado por qualquer estudo envolvendo tal período como é o livro do sr. José Alexandre Ribemboim.

Aborda ele a presença e a atuação de cristãos-novos e judeus nos território da primitiva capitania de Pernambuco, cujos limites foram estabelecidos quando da doação de D. João III de Portugal a Duarte Coelho Pereira, datada de dez de março de 1534. Compreendia a primitiva capitania uma faixa de 60 léguas de costa, no trecho entre a foz do Rio São Francisco ao canal de Santa Cruz, "que cerca em redondo toda a ilha de Itamaracá", estendendo-se para o Oeste "pelo Sertão e terra firme a dentro, quanto poderem entrar e for da minha conquista", e por toda extensão do Rio São Francisco até suas nascentes, no atual estado das Minas Gerais, constituindo-se, assim, "numa área de doze mil léguas quadradas" (Varnhagen).

Chegando a Pernambuco em nove de março de 1535, Duarte Coelho Pereira se fazia acompanhar de sua mulher, Brites de Albuquerque, do seu cunhado, Jerônimo de Albuquerque, e de uma numerosa comitiva

de "muitos gentis-homens de sua parentela, alguns fidalgos e bons colonos" (Oliveira Lima). Vinha impregnado do espírito de um fundador de nação e não de um simples conquistador de presas de guerra, ou um daqueles exploradores de riqueza natural, como era comum nos homens do seu tempo. Optou Duarte Coelho pela agroindústria do açúcar, como forma de fixar o homem à terra, mandando para isso vir gente especializada da ilha da Madeira e mudas de cana que, na "terra garanhona do massapê" da zona da Mata de Pernambuco, vieram encontrar o solo ideal para a fundação desta "nova Roma de bravos guerreiros". Com seus engenhos espalhados inicialmente nas várzeas dos rios Capibaribe, Beberibe, Jaboatão e Una, a capitania duartina viu florescer a civilização do açúcar. Não uma colônia estrativista, como queriam as ordens de Lisboa na primeira metade do século XVI, mas uma colônia de plantação, embrião de uma verdadeira nação, que logo despertou a cobiça de outros povos, tamanha era a sua riqueza. Graças a esta ordem econômica veio a crescer o número de engenhos em Pernambuco, com confirmam os depoimentos dos primeiros anos: 23 em 1570 (Gândavo), 66 em 1583 (Cardim), 77 em 1608 (Campos Moreno) e 121 em 1630 (Duarte de Albuquerque).

A nova capitania cedo despertou o interesse de cristãos-novos como Diogo Fernandes e Pedro Álvares Madeira, o primeiro marido de Branca Dias, que vinha sendo processada por práticas do judaísmo pela Inquisição de Lisboa (Processo nº 5.736 ANTT) e por isso teve que fugir para o Brasil, e o segundo natural da ilha da Madeira com grande experiência no fabrico do açúcar. Ambos vieram estabelecer-se com plantações de cana em terras de Camaragibe, que lhes foram doadas pelo primeiro donatário em 1542, tendo anos mais tarde os seus canaviais sido destruídos por ataques de índios.

Alguns cristãos-novos vieram a se notabilizar na sociedade de então, como é o caso da já citada Branca Dias (professora de meninos acusada de práticas judaizantes quando da 1ª Visitação do Santo Ofício), o capitalista João Nunes Correia, o mercador James Lopes da Costa (que com o nome judeu de Jacob Tirado veio a ser um dos fundadores da sinagoga portuguesa de Amsterdam em 1603), o também mercador Miguel Dias Santiago, o poeta Bento Teixeira (autor da primeira produção poética em terras do Brasil, a **Prosopopéia**, publicada em Lisboa em 1601), dentre muitos outros.

Vivendo em torno da agroindústria do açúcar, a população de cristãos-novos da capitania de Pernambuco, no final do século XVI, segundo amostragem com base em depoimentos quando da 1ª Visitação do Santo Ofício (1593-95) era de 14% (J. A. Gonsalves de Mello).

No início do século XVII, segundo relação de engenhos datada de 1609 escrita por Diogo Campos Moreno, o número de proprietários: cristãos-novos atingia a 12 de um total de 77 senhores de engenho. "A participação de cristãos-novos teria sido predominantemente a de detentores de capitais: mercadores que se fazem senhores de engenho, vários deles conservando-se simultaneamente nas duas atividades; uns poucos que se fazem rendeiros da cobrança de dízimos e fazem empréstimos as vezes onzeneiros a donos de engenhos, como é o caso de James Lopes da Costa, João Nunes Correia e Paulo de Pina I" (J. A. Gonsalves de Mello). Alguns deles, chegados jovens à capitania, logo se transformaram em representantes das grandes famílias de capitalistas judeus, como João da Paz, sobrinho de Miguel Dias Santiago, e Duarte Ximenes, ligado por laços de parentesco aos Ximenes de Aragão, grandes comerciantes em Antuérpia.

A grande fase da comunidade judaica em Pernambuco estava reservada para o período da Dominação Holandesa (1630-54) quando, graças a permissividade do culto, alguns cristãos-novos passaram a usar nomes judaicos e praticar a religião mosaica. Nesse período, um grande número de judeus sefardins e alguns poucos askenazins migraram da Polônia e da Alemanha para a Holanda, transferindo-se depois para o Brasil holandês onde vieram explorar o comércio varejista, chegando também a possuir engenhos, a arrematar cobranças de impostos e ao tráfico de escravos da costa da África. Judeus de várias partes transferiram-se para Pernambuco, chegando Manuel Mendes de Castro, segundo depoimento da época, a trazer em 1637, de uma só vez, 200 deles, entre ricos e pobres, mulheres e crianças.

Para atender as necessidades da comunidade judaica, veio a ser fundada no Recife a primeira sinagoga das Américas, a Zur Israel, instalada na rua que veio chamar-se de Rua dos Judeus em 1636. A denominação desta rua do atual bairro do Recife, onde residiam as mais proeminentes figuras da comunidade judaica do século XVII, veio a ser mudada para "Rua da Cruz" e no século XIX para "Rua do Bom Jesus";

mais recentemente, em 1992, veio receber as placas em cerâmica indicativas de sua primitiva denominação.

Na sinagoga construída na Rua dos Judeus, exerceu as atividades de rabino, entre 1641 a 1654, o notável Isaac Aboab da Fonseca que veio a ser o precursor da literatura hebraica no Novo Mundo, se tornando numa das figuras de maior expressão na comunidade judaica de Amsterdam na segunda metade do século XVII. Nascido em Castro Daire (Portugal), em 1605, emigrado ainda criança para Amsterdam, "a Jerusalém do Ocidente" formado pelas escolas judaicas daquela cidade, onde veio a ser rábino da Congregação Beth Israel (1626-1638), Aboab da Fonseca veio para o Recife recebendo a quantia de 1.600 florins anuais de honorários, atendendo assim o convite da comunidade local. Quando do cerco do Recife em 1646, por tropas lusobrasileiras, motivando uma grande fome na população da capital do Brasil Holandês, estimada entre 6 a 8 mil pessoas, Aboab da Fonseca veio escrever o primeiro poema em heráico do Novo Mundo, que começa "Erigi um memorial aos milagres de Deus" (inédito), onde relata as atrocidades sofridas pelo seu povo fazendo severas críticas a João Fernandes Vieira. Além desse poema, deixou ainda datada do Recife uma oração em forma de confissão, escrita por ocasião do início do movimento de reação dos naturais da terra contra a ocupação flamenga, em julho de 1645.

Com a rendição dos holandeses, em 27 de janeiro de 1654, chega ao fim a primeira comunidade de judeus organizada das Américas. Grande parte dos seus membros retornaram aos Países Baixos, outros estabeleceram-se em engenhos de açúcar implantados em ilhas do Caribe e uns poucos, em número de 21 famílias, migraram para a América Inglesa e lá vieram a fundar a primeira comunidade judaica da então Nova Amsterdam, hoje Nova York (Arnold Wiznizen).

O sr. José Alexandre Ribemboim consegue neste seu trabalho retratar com o mínimo de palavras a saga daqueles filhos de Israel no Brasil colonial. Ao escrever o seu **Senhores de Engenho Judeus em Pernambuco Colonial 1542-1654**, o autor o fez seguindo a receita do poema de João Cabral de Melo Neto à Pereira da Costa:

Sem o sotaque do escritor  
nem o demônio do missionário,

só quis de pernambucania

ser simples professor primário.

Autodidata, sem qualquer preocupação em elaborar um tratado de historiografia, o autor traz elementos interessantes acerca dos 75 cristãos-novos e judeus diretamente ligados à indústria do açúcar naquele período, bem como de algumas sinagogas domésticas que funcionavam por vezes na clandestinidade em alguns engenhos, a exemplo da "esnoga" de Branca Dias em Camaragibe, onde eram oficiadas as festas do Yom Kipur no século XVI.

Conseguiu o autor, de forma clara e precisa, escrever uma história do seu povo com o mínimo de palavras, sem grandes citações e notas de referência, em forma de uma grande reportagem de linguagem amena e fascinante, de modo a prender a atenção de todos aqueles que "sem o sotaque do escritor/nem o demônio do missionário" só desejam de "pernambucania" ser simples, porém, aplicados alunos.

# A ANÁLISE FISIOCRÁTICA DA REVOLUÇÃO FRANCESA\*

Moacir José da SILVA\*\*

## RESUMO

Este trabalho consiste numa interpretação das causas econômicas da Revolução Francesa através dos escritos dos fisiocratas. Com isso, o processo da revolução é pesquisado tendo como referências uma fonte documental e um arcabouço teórico não utilizados frequentemente pela historiografia acerca da Revolução Francesa. O pressuposto geral da pesquisa é que os efeitos econômicos da política colbertista explica grande parte do cenário histórico que antecedeu e que levou à eclosão revolucionária.

**Palavras-chave:** Fisiocracia, história econômica, mercantilismo, Revolução Francesa.

## INTRODUÇÃO

O objetivo geral deste trabalho, em última instância, é retomar a fisiocracia enquanto instrumental de análise que permite

---

(\*) Este artigo é um resumo dos resultados de um Projeto de Pesquisa do Departamento de História da Universidade Estadual de Maringá, concluído em fevereiro de 1998 e intitulado de A Revolução Francesa, o pequeno camponês e a Fisiocracia.

(\*\*) Professor lotado desde 1991 no Departamento de História da Universidade Estadual de Maringá; Av. Colombo, 5790, Câmpus Universitário, 87020-900, Maringá - Paraná, Brasil.

reavaliar a natureza da conjuntura econômica que precedeu a Revolução Francesa.

O texto está dividido em três partes, que se apresentam da seguinte forma:

Na primeira parte, é feito um breve balanço bibliográfico preliminar sobre os fisiocratas. Aqui é identificada uma dimorfia teórica que diferencia economistas e historiadores no trato da Escola Fisiocrática. François Quesnay e Turgot, as duas maiores expressões daquela Escola, apresentam em seus escritos econômicos um gosto pela estatística e pelas mensurações matemáticas que, acrescido do uso de categorias econômicas precisas, conquistaram a consideração e o respeito dos pesquisadores da evolução do pensamento econômico. O mesmo não ocorreu entre os historiadores. Com exceção de raras pesquisas, como é o caso de Alexis de Tocqueville (1982), a historiografia sobre a Revolução Francesa tendeu a minimizar a importância da Fisiocracia como fonte de pesquisa histórica.

A segunda parte do texto é dedicada inteiramente aos estudos econômicos dos fisiocratas; nela, encontra-se também quatro gráficos com dados estatísticos sobre a França setecentista. O objetivo do rápido levantamento estatístico é desvelar o cenário econômico que deu razão de ser às posições daqueles que foram considerados um dos pilares essenciais da Economia Política Clássica. Com o que, o tema central abordado são as distorções econômicas provocadas pela política de proteção às manufaturas e suas implicações para o advento da revolução.

Ao final do texto, é feita uma conclusão sumária de tudo o que foi exposto. A idéia principal em torno da qual se encerra o presente trabalho é a necessidade de repensar a influência do mercantilismo sobre a situação geral da França pré-revolucionária.

Em suma, este trabalho pretende contribuir para o entendimento da consolidação das relações capitalistas na França. A opção pelos fisiocratas justifica-se em especial por dois motivos: primeiramente, dentre os coevos setecentistas, os fisiocratas foram os que melhor apresentaram uma análise econômica da sociedade; em segundo lugar a fisiocracia, valendo-se do princípio da Economia Política de pesquisar as causas do aumento da riqueza partindo de um

ponto de vista circunspecto e universal, torna-se um rico manancial para as pesquisas sobre a natureza histórica do Antigo Regime.

## DISCUSSÃO BIBLIOGRÁFICA PRELIMINAR SOBRE A FISIOCRACIA

Inspirada no sistema cartesiano e nas doutrinas de John Locke, a Fisiocracia foi uma ramificação teórica da Economia Política Clássica<sup>1</sup>. Os fisiocratas elaboraram um fundamento econômico para a filosofia racionalista. Foi precisamente este trabalho teórico que rendeu-lhes o título, reconhecido pelo assentimento geral do meio científico, de *fundadores da economia moderna*. François Quesnay e Turgot, as duas maiores expressões da Fisiocracia<sup>2</sup>, adotaram uma posição bem clara: ambos intentaram mostrar quais eram os obstáculos que, na França de então, inviabilizavam o aumento geral da renda e da riqueza nacionais. Os obstáculos à produção da riqueza, segundo os fisiocratas, eram políticas contra a liberdade de comércio; desse modo, ele foram identificados com a doutrina do *laissez faire*. Essa posição definida de defesa do liberalismo econômico gerou grande parte das controvérsias a respeito da Fisiocracia.

(1) A influência de Locke em Quesnay aparece de maneira mais clara no Verbetes Evidence, escrito em 1757; nele, a fisiocracia retomou o debate sobre o racionalismo procurando demonstrar a necessidade do conhecimento sensorial, não apenas para auxiliar no domínio da natureza, mas também para explicar as relações humanas.

(2) O movimento fisiocrático teve dezenas de discípulos, entre eles encontramos Diderot, Dupont de Neumours, Buffon e o Abade Boudeau. Diderot legou uma vasta produção filosófica preocupada com o embate contra alguns princípios teológicos. Tal como seus colegas iluministas, ele preocupou-se com defesa do uso da razão e do conhecimento sensível. Ademais disso, também se dedicou ao empirismo. Outra contribuição de Diderot para a França do século XVIII se deu no sentido político. Foi ele o grande organizador do movimento da Enciclopédie francesa. No entanto, quando se trata de fazer uma história econômica da Revolução Francesa, a contribuição de Diderot parece ser bem reduzida. Ele não se detém, como os fisiocratas, no problema da estrutura econômica do Antigo Regime que gerou o problema agrícola e o pequeno camponês. Quando tratava do problema dos camponeses na França, Diderot era levado pelas mesmas paixões políticas que apareciam na sua obra filosófica. Isso percebemos no verbete Lavrador, que ele escreveu para o Enciclopédie em 1751.

Nos debates acadêmicos sobre os fisiocratas, é possível estabelecer, de um modo geral, dois grandes divisores. Uma primeira distinção pode ser feita entre os economistas e os historiadores; a segunda divisão está situada no seio dos pesquisadores da história.

Certamente em maior grau do que os historiadores, os economistas tenderam a aquilatar com deferência o significado da fisiocracia. Um bom exemplo disso foi o modo como os pesquisadores da evolução do pensamento econômico interpretaram a importância política e teórica dos fisiocratas. Tomemos, pois, alguns exemplos:

Eric Roll (1972) na sua *História das doutrinas econômicas* refere-se com bastante entusiasmo aos escritos fisiocráticos. Ele faz parte do rol de economistas<sup>3</sup> que realçaram a Fisiocracia no contexto da evolução das idéias econômicas<sup>4</sup>. Para ele, os fisiocratas fundaram, de fato, a ciência econômica moderna, especialmente com a teoria sobre a reprodução e a distribuição da riqueza; e acrescenta:

*A Analyse du Tableau économique* do próprio Quesnay é uma explicação muito simplificada do processo da circulação e da reprodução [...]; mas, dentro de seus limites, podemos considerá-la consistente e brilhante. (Roll, 1972:121)

Outro grande exemplo dessa concepção é HUNT (1982); segundo ele, a grande influência de Quesnay sobre o pensamento econômico moderno pode ser resumida em três tópicos principais:

(1) a noção de trabalho produtivo e improdutivo e de excedente econômico; (2) a interdependência mútua dos processos de produção; (3) os fluxos circulares da moeda e

<sup>(3)</sup> Idéias semelhantes às de Roll podem ser encontradas em Paul Hugon que, na sua obra *Evolução do pensamento econômico* (1967) considera o Quadro Econômico de Quesnay como sendo a primeira explicação sistematizada da economia. Mai do que isso, para Hugon, aquela obra não só explicou a produção e a circulação da riqueza, tal como diz Roll, como também descreveu toda a vida econômica da sociedade penetrando no âmago das questões cruciais.

<sup>(4)</sup> Outro pensador que salientou a relevância teórica dos fisiocratas foi Shumpeter; Na sua análise dos fundamentos do pensamento econômico, ele observa, entre outras, o seguinte: antes de Quesnay, havia apenas generalizações sobre partes isoladas do corpo econômico: com a fisiocrata se vê esse corpo funcionando fisiologicamente e interligado. A relação de interdependência dos setores da economia seria, para Shumpeter, a maior contribuição e a grande descoberta dos fisiocratas.

*das mercadorias e as crises econômicas que podem ser causadas pelo entesouramento do dinheiro.* (Hunt, 1982 : 57)

Rolf Kuntz<sup>5</sup> dedicou um trabalho inteiro à fisiocracia, *Capitalismo e natureza* (1982). Nele, encontramos uma pesquisa englobando a maioria dos Verbetes que os fisiocratas escreveram para o movimento da Enciclopédia. A conclusão de Kuntz é que a fisiocracia, além de oferecer uma descrição minuciosa da estrutura agrária francesa, formulou, com a crítica da produção de subsistência no campo, uma espécie de *teoria do desenvolvimento econômico da França*.

Contudo, no seio da historiografia sobre a Revolução Francesa, os fisiocratas não gozaram do mesmo valor que se lhes foi atribuído pelos economistas. Examinando as pesquisas sobre a aquela revolução, verifica-se facilmente a existência de uma tendência a minimizar a contribuição teórica e política dos fisiocratas para a compreensão do processo que culminou com a erupção revolucionária. Vejamos mais de perto esse aspecto da questão:

R. Rémond (1976), tal como grande parte dos historiadores, enfatiza, por um lado, o papel das idéias no movimento revolucionário francês; diz ele,

*Os fatores de ordem intelectual e ideológica e o movimento das idéias do século XVIII concorreram amplamente para a gênese da Revolução.* (Rémond, 1976 : 112)

Contudo, Rémond não dedica atenção especial ao movimento fisiocrático; para ele, os filósofos iluministas é que foram os grandes protagonistas intelectuais da revolução. Os fisiocratas não teriam passado de reformistas sociais que contribuíram parcialmente para a *Encyclopedie*.

Outra tendência observada na historiografia da Revolução Francesa ocupou-se de mostrar a identificação da fisiocracia com o ideário burguês setecentista. Em **A grande revolução francesa**, Manfred (1986) concebeu a fisiocracia como expressão pura da ideologia burguesa, leiamos:

(<sup>5</sup>) Rolf Kuntz foi também apresentador e organizador de várias publicações dos escritos fisiocráticos; dentre eles, destaca-se especialmente Quesnay: economia, publicado pela Editora Ática, em 1984.

*A doutrina dos fisiocratas exprimia, pois, mais claramente que qualquer outra doutrina dos filósofos franceses burgueses do século XVIII, os interesses da burguesia que havia amadurecido e que pretendia dar livre curso à sua iniciativa* (Manfred, 1986 : 49)

Todavia, nenhuma importância maior é dada por ele aos fisiocratas nos estudos sobre a Revolução Francesa.

Outro exemplo importante dessa tendência foi Albert Soboul (1974), da mesma forma como Rémond (1976), ele também enfatizou a origem intelectual da revolução na construção de uma filosofia burguesa no século XVIII; disse, ele, que:

*Os fisiocratas, não obstante um espírito conservador, contribuíram para essa nova orientação do pensamento do século, ao abordar a questão econômica.* (Soboul, 1974 : 55)

Mais à frente, Soboul resume seu pensamento acerca da fisiocracia:

*Os fisiocratas exigiam um governo forte, mas no qual a força estivesse subordinada à defesa da propriedade; o estado não devia ter outra função que a repressiva. O movimento fisiocrático rematava, assim, uma política de classe, em benefício dos proprietários agrícolas.* (Idem : 55)

Embora admitindo a relevância da fisiocracia no movimento de idéias que precedeu a revolução, Soboul (1974) identifica aquela Escola de pensamento com a defesa unilateral dos arrendatários agrícolas. Vista, portanto, dessa maneira, ou seja, como uma teoria burguesa conservadora, a fisiocracia seria demasiadamente parcial para constituir-se num rico manancial para as pesquisas em torno da revolução. Relegados à segundo plano, Quesnay e Turgot, são tomados mais como leituras informativas sobre o período do que como referenciais de análise da estrutura econômica pré-revolucionária.

Esse lenimento do brilho teórico dos economistas<sup>6</sup> encontra-se, igualmente, também em Georges Lefebvre (1966); ele compartilhava da idéia de que os fisiocratas careceram de uma visão mais ampla que

<sup>(6)</sup> Os coetâneos da fisiocracia usualmente chamavam seus adeptos de Économistes.

pudesse explicar as transformações sociais. Nesta ótica, os verbetes fisiocráticos tomariam o cariz conservador inerente a uma burguesia que irrompeu no cenário histórico:

*[Os fisiocratas] pretendendo aplicar, também eles, o método de observação à história, e deixando-se guiar, todavia, por suas preferências irracionais, interdavam ao homem a esperança do progresso organizado, e tendiam à conservação das instituições atuais, que consideravam como providencialmente engendradas ou nascidas de uma experiência coletiva. (Lefebvre, 1966: 72)*

Os argumentos utilizados por Shennan, embora permitam entender os motivos pelos quais a realeza deu guarida à Fisiocracia, caminha na mesma direção. Os preceitos liberais que preconizavam o aumento da riqueza nacional e a revitalização da economia tornaram-se convenientes para um Estado embretado por uma grave crise financeira:

*A desesperada falta de meios financeiros, por parte do governo começava a estar cada vez mais nitidamente ligada à necessidade de mudanças fundamentais na estrutura social e econômica do país. Quando a desastrosa Guerra dos Sete Anos terminou, em 1763, ficou decidido fazer uma experiência segundo as linhas sugeridas pelos fisiocratas. (Shennan, 1985 : 23-24)*

Ainda assim, mesmo reconhecendo a influência econômica dos fisiocratas, Shennan insiste que ela teve alcance limitado dado curto período de tempo em que ela foi posta em prática<sup>7</sup>.

Todavia, conforme foi dito anteriormente, é possível marcar um divisor no modo como os historiadores trataram os fisiocratas.

A obra de Tocqueville, *O antigo regime e a revolução* (1982), pode ser considerada como uma das grandes exceções à esse quadro geral da historiografia<sup>8</sup>. Ele ocupou lugar de destaque dentre o

<sup>(7)</sup> O fim da experiência prática com as idéias fisiocráticas na França é normalmente datado de 1776, ano em que Turgot, o mais influente dos fisiocratas, perdeu o cargo de Ministro das Finanças de Luiz XVI.

<sup>(8)</sup> Tendo baseado seus estudos na obra de Tocqueville, François Furet (1989) também adotou as mesmas idéias gerais acerca dos fisiocratas.

diminuto número de historiadores que se valeram da Escola fisiocrática como fonte de pesquisa sobre a Revolução Francesa:

Os economistas (fisiocratas) tiveram menos brilho na história do que os filósofos; e talvez contribuíram menos que estes ao advento da Revolução. Os filósofos quase não saíram de idéias muito gerais e muito abstratas em matéria de governo; os economistas, sem se separar das teorias, desceram todavia mais perto dos fatos. (Tocqueville, 1982 : 155)

Ao contrário dos iluministas, os fisiocratas eram pessoas ligadas diretamente às decisões administrativas; isso em grande parte explicava o tom ameno e moderado dos seus escritos. Essa foi a principal razão para que *O antigo regime e a revolução* (Tocqueville, 1982) trouxesse fartas referências aos fisiocratas. Em suma, os économistes, como administradores da sociedade, investigavam a fundo as questões econômicas; prossegue Tocqueville:

*Ao contrário, todas aquelas que podem ser consideradas como a obra da Revolução foram anunciadas por eles de antemão e preconizadas com ardor; citar-se-ia dificilmente uma só cujo gérmen não tivesse sido depositado em alguns dos seus escritos; neles encontramos tudo que nela há de mais substancial.* (Idem: 155)

Feitas essas considerações de ordem bibliográfica em torno do pensamento fisiocrático, passaremos agora a ver em que termos ele pode ser de grande valia para os estudiosos das causas econômicas que levaram à Revolução Francesa.

## A ANÁLISE FISIOCRÁTICA DA CONJUNTURA ECONÔMICA PRÉ-REVOLUÇÃO FRANCESA

À *outrance*, se tem atribuído uma espécie de *agromania* aos fisiocratas. Na verdade, Quesnay e Turgot fizeram uma análise sóbria e ponderada da agricultura francesa. Isso deveu-se sobretudo ao ponto de partida da análise fisiocrática, a *investigação das causas e obstáculos ao aumento da riqueza geral do reino*. De acordo com esse pressuposto, nenhum setor da economia deveria ser protegido, nem mesmo o agrícola.

Muito mais do que defensor dos grandes proprietários arrendatários, Quesnay ocupou-se dos interesses gerais da França no mercado internacional. Como corolário, temos que as concessões governamentais também não deveriam abranger os grandes proprietários agrícolas. Foi precisamente essa noção indistintamente circunspetada de mundo que converteu os escritos fisiocráticos num rico e profundo referencial para os pesquisadores das causas econômicas da Revolução Francesa; através dele é possível visualizar claramente que as distorções econômicas que prepararam a revolução foram frutos do intervencionismo mercantilista.

Justamente por estar descomprometido com a proteção econômica a qualquer setor específico da sociedade, Quesnay pôde contar com uma sensibilidade histórica ímpar, mesmo perante seus coevos. Exemplo disso foi a sua previsão econômica da revolução já em 1757:

*Uma nação que tenha um grande território e que faça baixar o preço dos gêneros produzidos em suas terras para favorecer a fabricação de obras manufaturadas destrói-se por todos os lados. (Quesnay, 1986 : 335)*

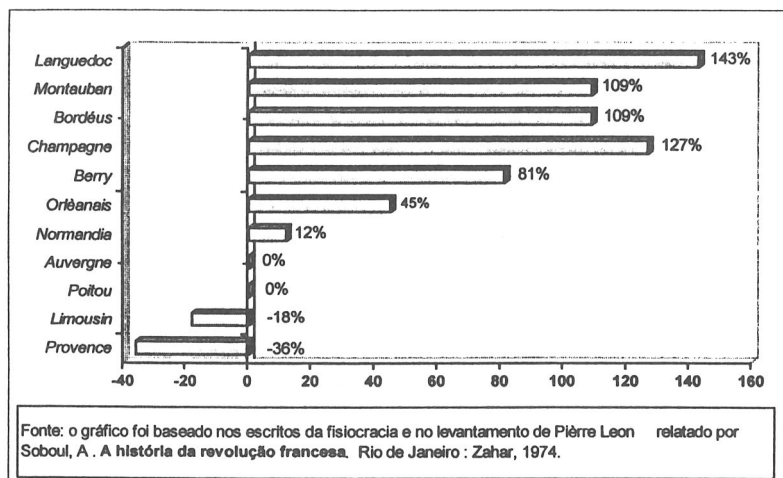
Para entender adequadamente a posição dos fisiocratas, primeiramente é preciso refazer o cenário econômico que levou-os a enaltecere a agricultura e, concomitantemente, repudiarem, não as manufaturas, mas sim o protecionismo e os subsídios à mesma. Aqui, a agricultura é a grande fonte de riqueza, mas esta fonte, no entanto, não é excludente das manufaturas. No *Verbetes Cereais* (Quesnay, 1986), vê-se que o fisiocrata não se posicionava contra o estabelecimento das manufaturas em solo francês:

*Uma nação que tenha grande comércio de gêneros produzidos em suas terras pode sempre manter, pelo menos para ela, grande comércio de mercadorias manufaturadas. Isso se dá porque tal nação sempre pode pagar, em função das rendas de seus bens de raiz, aos operários que fabricam as obras manufaturadas das quais têm necessidade. (Op. cit. : 335)*

O reinado de Louis XIV (1643-1715) foi marcado pelo controle do governo sobre a economia. Colbert, encarregado dos negócios internacionais e imbuído do espírito mercantilista, assinou inúmeros

decretos, de 1661 a 1683, favorecendo e protegendo a criação de manufaturas na França<sup>9</sup>. Não se pode subestimar o alcance e os resultados econômicos da política Colbertista; vejamo-la, pois, com o auxílio de dados estatísticos:

Gráfico 1 nos permite comparar a taxa de crescimento das manufaturas têxteis tradicionais<sup>10</sup> em diversas Províncias francesas:



**Gráfico 1.** Taxa de crescimento da indústria têxtil tradicional na França no século XVIII, por Província.

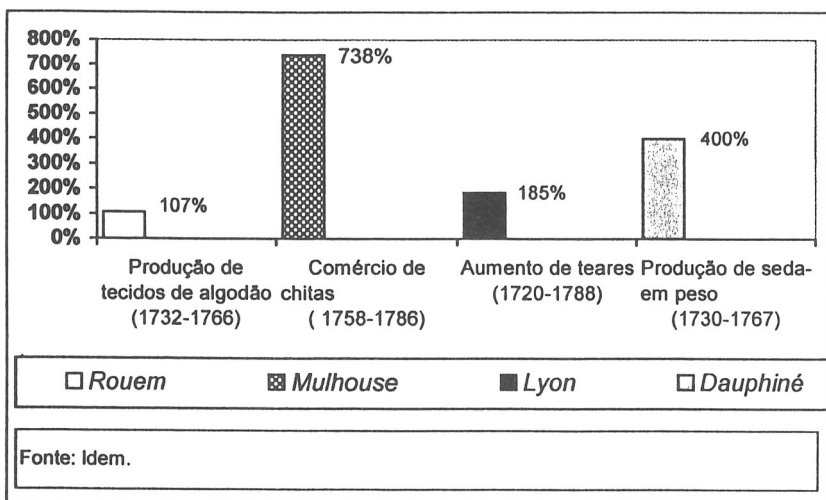
Naturalmente, sem deixar de considerar o grau aproximativo dos dados estatísticos do período, somos levados a crer que o

<sup>(9)</sup> Alguns autores como, por exemplo, Sismonde de Sismondi (1971), que pesquisaram o mercantilismo francês explicaram que ele representava uma aliança da aristocracia com os comerciantes visando dividir os lucros da comercialização dos produtos manufaturados. Para o economista francês essa aliança se deu em detrimento dos interesses gerais da França.

<sup>(10)</sup> Conforme Soboul (1974), dentre as manufaturas têxteis tradicionais, inclui-se as que trabalhavam com tapetes, tecidos de linho e cânhamo.

protecionismo manufatureiro criou dois grandes contrastes sociais. Por um lado, gerou uma abrupta desigualdade econômica entre as Províncias<sup>11</sup>. Por outro lado, o segundo contraste se deu entre os segmentos da sociedade; os subsídios governamentais às atividades manufatureiras, juntamente com o protecionismo alfandegário, permitiram o enriquecimento rápido dos comerciantes privilegiados em contraposição ao empobrecimento geral da população francesa. O que vemos aqui é o substrato econômico da cisão política entre as classes sociais que deu impulso à revolução.

Do Gráfico 2, infere-se que o reinado de Louis XV deu continuidade ao protecionismo manufatureiro iniciado no período anterior<sup>12</sup>:

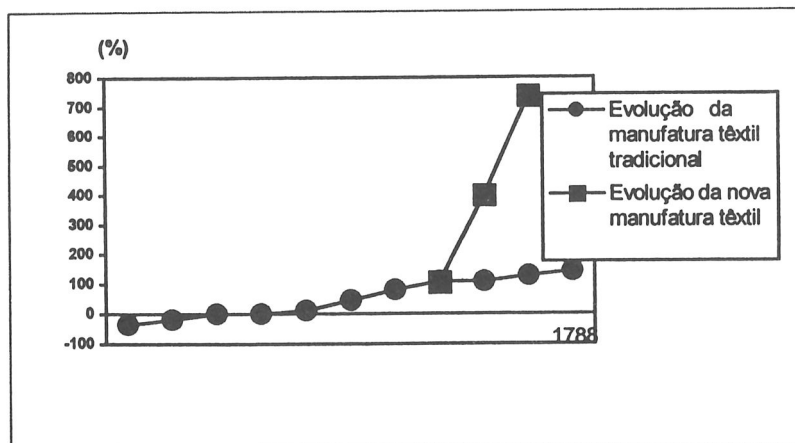


**Gráfico 2.** Indicadores da evolução geral da nova manufatura têxtil na França no século XVIII: taxa de crescimento por Província.

(11) O viajante inglês Arthur Young, que visitou a França no final do século XVIII, relatou, em *Voyages em France*, o contraste entre as Províncias que floresciam economicamente e as mal construídas, sujas e pobres.

(12) Segundo Soboul (1974), as manufaturas novas eram aquelas que usavam tecnologia recente na fabricação de tecidos de algodão ou de outros materiais com estampas.

Para completarmos, portanto, o quadro econômico geral ao qual se referia os fisiocratas, foi composto o Gráfico 3, onde são traçadas duas linhas comparando os índices dos Gráficos 1 e 2 referentes ao crescimento das manufaturas têxteis novas e tradicionais.

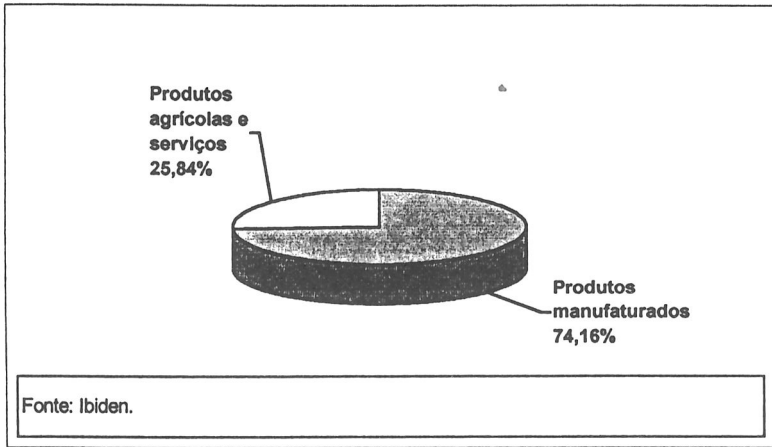


**Gráfico 3.** Quadro comparativo dos indicadores da evolução geral das manufaturas têxteis novas e tradicionais na França no século XVIII.

O período que corresponde à existência da Fisiocracia, a segunda metade do século XVIII, foi marcado, portanto, por uma intensificação do surgimento das manufaturas oriundas dos incentivos governamentais.<sup>13</sup>

Ainda no intuito de haurir o contexto econômico pré-revolucionário e verificar a extensão do protecionismo manufatureiro, vejamos no Gráfico 4 a participação dos manufaturados no aumento das exportações da França setecentista.

<sup>(13)</sup> No final do século, em 1776, Turgot, controlador geral das finanças de Louis XVI, ainda se debatia com os éditos governamentais protetores das manufaturas; exemplo disso foi o seu *Verbete Edit sur les jurandes*.



**Gráfico 4.** Participação dos setores da produção no crescimento do volume global das exportações na França em 1787.

O fato é que diante desse quadro, os fisiocratas, afeitos às estatísticas e mensurações econômicas em geral, indagaram se esses subsídios e privilégios às manufaturas contribuíram para o aumento da riqueza geral da França.

Não resta dúvida que a França pré-revolucionária era um país pobre debatendo-se com a fome e a miséria que, inclusive, foram os combustíveis da revolução. Sobre isso, estão em acordo os observadores coetâneos e os historiadores atuais. De per si, a realidade empírica mostra os resultados insatisfatórios da política protecionista manufatureira.

Assim, para os fisiocratas, o problema da França era exceder, com o protecionismo, a sua capacidade de crescimento; eles raciocinavam da mesma maneira que Adam Smith:

*A atividade geral da sociedade nunca pode ultrapassar aquilo que o capital da sociedade tem condições de empregar. (Smith, 1983 : 377)*

*Não há regulamento comercial que possa aumentar a quantidade de mão-de-obra em qualquer sociedade além daquilo que o capital tem condições de manter. (Idem : 378)*

Para operacionalizar semelhante crescimento econômico, a política Colbertista provocava um fluxo artificial de capitais rumo às atividades manufatureiras. O grande mérito da Fisiocracia foi justamente mostrar que a ausência dos bens de raiz, ou seja, de uma renda nacional que sustentasse naturalmente os investimentos nas manufaturas, transformava-as num ramo da produção desvantajoso para o país. Quesnay (1986) apontava duas razões principais que inviabilizavam o estabelecimento artificial de manufaturas na França. A primeira delas estava ligada às condições internas marcadas pelo baixo nível da renda nacional. A outra razão para isso era que o mercado internacional mantinha-se favorável aos manufaturados ingleses.

É portanto diante dessas condições que os fisiocratas apontam a agricultura como a *ocupação mais vantajosa* para a França, como o único setor da produção que, em conformidade com a conjuntura econômica específica, é capaz de produzir um excedente. (Quesnay, 1969)

Quanto às manufaturas, elas deveriam surgir, segundo a ótica fisiocrática, como resultado natural do livre jogo das forças do mercado e, para isso,

*A França poderia, desde que o comércio fosse livre, produzir abundantemente os gêneros de primeira necessidade suficientes a um grande consumo e a um grande comércio exterior e que poderiam manter no reino um grande comércio de obras manufaturadas.* (Quesnay, 1986 : 337)

O caminho contrário, aquele trilhado pelo Colbertismo, confundia investimento com desvio de capital de atividades mais vantajosas para outras menos lucrativas.

## CONCLUSÃO

A fisiocracia, portanto, oferece uma rica interpretação dos desdobramentos econômicos, políticos e sociais do mercantilismo que, num contexto mais abrangente, engendraram a própria revolução.

Sob os reinados de Louis XIV, XV e XVI, a insistência na política manufatureira de cunho protecionista afastou os investimentos do setor agrícola. A agricultura francesa entrou numa grave crise e

arrastou com ela toda a economia; o líder dos *économistes* registrou isso:

*Então, as forças do reino destrõem-se; as riquezas aniquilam-se, os impostos sobrecarregam os povos e as rendas do soberano diminuem.* (Quesnay, 1986 : 336)

Com as forças do mercado desorientadas por causa dos incentivos governamentais, a agricultura estiolou-se em pequenas propriedades voltadas para a subsistência; Arthur Young, os iluministas voltarianos e os *économistes*, observadores coevos que foram, puseram a nu a pobreza do pequeno campônio. Os fisiocratas, no entanto, foram os que mais denunciaram essa miséria rural:

*"Quando o próprio camponês lavra a terra, está dando uma demonstração de sua miséria e de sua inutilidade. Quatro cavalos cultivam mais de 100 arpentés de terras. Quatro homens não cultivariam oito "* (Quesnay, 1984 : 99)

Em Cereais, conclui o fisiocrata:

*Estes, (os pequenos proprietários) na impossibilidade de suportarem as despesas de um bom cultivo, não tendo condições de pagar o salário de empregados domésticos e de operários; não podem empregar camponeses. A terra sem adubo e quase inculta só pode deixar uns e outros definharem na miséria.* (Quesnay, 1986 : 339)

Preocupada em mostrar as causas da prosperidade geral e do aumento da renda nacional, a Fisiocracia desvela uma estrutura econômica que está sendo ruída pela política colbertista. O empobrecimento geral da população fez com que os impostos se tornassem mais odiosos ainda; o mesmo ódio se espalhou contra outras instituições do antigo regime.

Com efeito, pouca ênfase se tem dado à influência do mercantilismo na irrupção da Revolução Francesa. Eis a grande lição que se pode tirar dos fisiocratas: uma economia baseada numa radical concentração de renda nas mãos de comerciantes e aristocratas; uma sociedade dividida, de um lado, uma minoria privilegiada e, do outro, uma maioria dizimando-se na miséria total e; portanto, uma estrutura social e econômica que diminui a renda nacional; tal estado de coisas não poderia sobreviver por muitos anos. Os fisiocratas não só

preconizaram, como também revelaram a natureza da desintegração daquela sociedade que hoje chamamos, iniludivelmente, de *Antigo Regime*.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- DAIRE, E. *François quesnay et la fisiocratie*. Paris: INEF, 1976.
- DESCARTES, R. **Discurso do método**. São Paulo: Nova Cultural, 1987.
- DIDEROT, D. **Textos escolhidos**. São Paulo: Abril Cultural, 1985.
- FURET, F. *Pensando a revolução francesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- HUGON, P. *Evolução do pensamento econômico*. SP: Atlas, 1967.
- HUNT, E. K. *História do pensamento econômico*. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1982.
- KUNTZ, R. *Capitalismo e Natureza*. SP, Brasiliense: 1982.
- KUNTZ, R. (org) *Quesnay : economia*. São Paulo: Ática, 1984.
- LEFEBVRE, G. *A revolução francesa*. São Paulo: IBRASA, 1966.
- MANFRED, A. *A grande revolução francesa*. São Paulo: Ícone Ed., 1986.
- QUESNAY, F. *O quadro econômico*. São Paulo: Nova Cultural, 1972.
- QUESNAY, F. *Quadro econômico dos fisiocratas*. São Paulo: Nova Cultura, 1986.
- RÉMOND, R. *O antigo regime e a revolução: 1750-1815*. São Paulo, Cultrix, 1976.
- ROLL, Eric. *História das doutrinas econômicas*. São Paulo, Cia Editora Nacional, 1972.
- SCHUMPETER, J. *Fundamentos do Pensamento Econômico*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.
- SHENNAN, J. H. *A França antes da revolução*. Lisboa: Gradiva, 1985.
- SISMONDI, J. C. L. Sismonde de. *Nouveaux principes d'economie politique ou de la richesse sans rapport avec la population*. França : Calmaan Levy, 1971.

- SMITH, Adam. *A riqueza das nações*. São Paulo: Nova Cultural, 1983.
- SOBOUL, A. *História da revolução francesa*. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.
- TOCQUEVILLE, A. *O Antigo Regime e a Revolução*. Brasília: Ed. da UnB, 1982.
- TURGOT. J. A. *Écrits Economiques*. França : Calmaan-Levy. 1970
- TURGOT. J. A. *Edit sur les Jurandes (1776)*. Paris: S.E.D.E.S., 1967
- YOUNG, Arthur - *Voyages En France*. Paris: L.O.R., 1978.

# A POPULAÇÃO CRISTÃ-NOVA DE SÃO PAULO

José Gonçalves SALVADOR

Sabe-se que o número de hebreus em Portugal ao findar o século 15 somava aproximadamente 200.000, ou seja, um quinto de sua população, montante êsse, como se vê, bastante significativo. Não demorou muito, porém, e levas dêles emigraram para outros países em virtude das medidas adotadas por el-rei D. Manuel e por seus sucessores, em consonância à ação desenvolvida pelo Tribunal do Santo Ofício. Para o Brasil não poucos foram os que vieram uma vez iniciada a colonização, tanto que em 1649 objetavam os inquisidores do Reino a D. João IV, a propósito da criação da Companhia Geral do Comércio, cujos acionistas eram da referida etnia, que, se com isso se pretendia conservar intacta a religião católica nas conquistas, segundo rezava o alvará de 6 de fevereiro, menos se conseguiria por semelhante processo, "visto serem os habitantes delas na maior parte de nação hebréica"<sup>1</sup>.

Hoje pode-se ter uma idéia razoável de quantos passaram á França, á Itália, ás nações do Norte e mesmo as capitanias brasileiras do Nordeste, graças a informações exaradas em documentos da Inquisição e em diversas fontes, quer religiosas quer seculares. Mas, em se tratando de São Paulo, o problema reveste-se de enormes dificuldades, porque as evidências são poucas e dúbias. As visitações do Santo Ofício á Bahia e territórios adjacentes nos séculos XVI e XVII quase nada esclarecem quanto ao Sul e nestas bandas a sua atuação foi esporádica e sem profundidade. Daí, então, alegarem alguns de nossos escritores que a população hebréia de São Paulo, ou melhor, da capitania de São Vicente, devia ser insignificante, até porque esta última vegetava na pobreza, á falta de estímulos de natureza econômica. Tal é, por exemplo, a tese do

<sup>(1)</sup> Bibl. Nac. de Lisboa, cód. 656.

insigne A. E. Taunay, mal estruturada, a nosso ver, porquanto o historiador bandeirante não compreendeu o espírito do judeu e nem o exato sentido de um dos textos em que se baseou, conforme adiante mostraremos. E, de igual maneira, equivoçaram-se os autores que pretenderam ajuizar a etnia e a religião, ou religiosidade dos moradores, estribando-se simplesmente nos testamentos, nas provas de "purity sanguinis", na concessão de hábitos honoríficos e eclesiásticos, ou no exercício de encargos públicos, vedados teoricamente a judeus e cristãos-novos. Ora, tais critérios são comprovadamente falhos, quando vistos á luz dos fatos. Citaremos a título de curiosidade, dentre os nomes já conhecidos, os dos Vaz de Barros, dos Correia de Sá, Martim e Salvador de Benevides, o de Sebastião de Freitas, o do bandeirante Antônio Rapôso Tavares, o dos jesuítas Leonardo Nunes, Inácio de Tolosa e tantos mais.

É deveras sintomática quanto á população hebréia de São Paulo a documentação de origem hispano-americana. Já em 1610 o padre Diogo de Tôrres, provincial da Companhia de Jesus, escrevia de Córdoba à Inquisição de Lima, precavendo-a contra a gente portuguesa "infeccionada de judaísmo" que passava ao Perú, através de São Paulo, a qual "se ha avencidado nueva en ella, entre la mucha que hay..."<sup>2</sup>. E mais tarde o padre Francisco Crespo, em memorial ao rei, baseado nos informes de colegas do Paraguai, chama a atenção para o perigo que São Paulo constituía, afirmando que os moradores, além de indômitos e suspeitos na fé, "muchos dellos sen cristianos nuevos"<sup>3</sup>. Também por essa época. Hernandarias de Saavedra e o governador do Rio da Prata, D. Francisco de Céspedes repetem o mesmo. Todavia, decorridos mais seis anos, ou seja, em agosto de 1637, é o presidente da Audiência de Charcas, D. Juan de Lizarazu, quem se vê na obrigação de advertir a real Majestade sôbre o mal que São Paulo oferece e a cujos habitantes imputa o labéu de judeus, aconselhando Filipe IV a preservar os índios das Reduções "que no una gravilla de judios congregados en aquel paraje"<sup>4</sup>. E nesse diapasão soou a voz de eclesiásticos e de civis ainda noutras oportunidades, embora com certo exagero, procurando influir assim no ânimo das autoridades madrilenas.

(2) J. Toribio Medina, *La Inq. En el Rio de la Plata*, p. 336 e segs.

(3) *Anais do Museu Paulista*, t. II, p. 283 e segs.

(4) *Ibidem*, *passim*.

Não nos parece, em vista do exposto, que a documentação castelhana e a vicentista se contradigam plenamente. Antes, elas se completam, demonstrando que o acervo israelita na capitania era valioso. Basta recorrer às atas da vila planaltina. Tomemos, por exemplo, a de 6 de julho de 1613, na qual se lê que o procurador da Câmara mandou que se trouxesse à reunião o livro da "finta" dos cristãos-novos e homens da nação hebréia, a fim de que se soubesse da verdade, pois dar-se-ia o caso "que alguns dos fintadores morra". Tal finta vinha sendo cobrada desde 1606 e à mesma estavam sujeitos todos os da etnia hebréia, em vista de concessões outorgadas pelo rei, revogando um decreto ou conseguindo para eles o perdão geral do chefe da Igreja. A quantia era dividida em Portugal e repartida mais ou menos equitativamente a quantos habitassem também nas conquistas, segundo as áreas de localização. Como então, a cota ou cotas atribuídas à capitania martim-afonsina, exigira diversos fintadores, conclui-se que os contribuintes não seriam tão poucos, ou que no mínimo, uma série de encargos foi estipulada. Anos depois, a incumbência recairia sobre o mercador de nome Gaspar Gomes. Em 1622 os edis paulistanos mandaram chamá-lo para se inteirarem sobre quem havia pago e ele lhe citou explicitamente os nomes de três: Rodrigo Fernandes, Tomás Freire e Francisco Vaz Coelho, porque "os mais não se lembrava reportando-se ao dito livro", isto é, ao competente livro de registros. Ora convém esclarecer que muitos anos já eram passados desde que efetuara a arrecadação, pelo que não se lembrava dos contribuintes. Gaspar Gomes não declarou inexistirem outros e sim que não se recordava da situação dos restantes. Se de fato, aqueles eram os únicos, que teria sucedido a Pedro Vaz de Barros, a Sebastião de Freitas, aos Fernandes povoadores, aos Tavares, aos descendentes de Cristovão Diniz, de Estevão da Costa e de diversos outros?

Em meados de fevereiro de 1616 deu-se um acontecimento suigêneris, digno de referência. Na sessão do dia 15 o procurador lançou um protesto na Câmara, pois Jorge Neto Falcão dissera na véspera, em casa do provedor Diogo de Quadros, "que havia de fintar este povo com a finta dos cristãos-novos... e sendo tais os podia botar, fôssem cristãos velhos ou não". Trocando isso em miudos: a população toda devia ser atingida, porque tantos eram os da linhagem hebréia que o próprio fintador se sentia em dúvida para distinguir os dois grupos.

Esse livro das fintas existia em São Paulo ainda no ano de 1728, quando foi mencionado na habilitação de gênero do bacharel Pedro Taques de Almeida, e deve ser o mesmo referido no Registro Geral da Câmara, em 1618. Em determinado dia, ao ser cobrado o bem conhecido Francisco Lopes Pinto, tido na conta de cristão-novo, negou-se a isso, apresentando certificados de "puritate sanguinis". E, então, obedecendo as ordens do provedor da Fazenda, o escrivão riscou o nome de Francisco "do rol donde está assente a gente da nação a fôlha vinte e uma na volta dela". Tratando-se, por conseguinte, de livro especial, destinado às fintas, é claro que se cada página contivesse dez nomes, até ao verso da vinte e uma seriam cêrca de duzentos e dez. Mas, em todo caso, se os registros se efetuavam por ordem alfabética, pelo sistema de índices, o de Francisco estaria precedido por não sabemos quantos e seguido por outros mais.

Lembraria finalmente, em abono de nossas assertivas, a denúncia de frei Diogo do Espírito Santo à Inquisição, em 1625, alertando-a contra o perigo que constituía o elevado número de cristãos-novos nas capitanias do Sul.

De sorte que a tese defendida outrora por Paulo Prado, mais e mais se vai confirmando. Sem dúvida, conforme afirmou, a influência da gente hebréia foi marcante na vida e nas ações dos antigos moradores da capitania, sobretudo no planato<sup>5</sup>.

---

<sup>(5)</sup> Paulo Prado, *Paulística*, pp. 18 e 19.

## INTERVENÇÃO FEDERAL EM CANUDOS

Fernando Whitaker da CUNHA

A reedição do livro de Manuel Benício, **O Rei dos Jagunços**, promovida, patrioticamente, pelo "Jornal do Comércio" no centenário do episódio de Canudos, homenageando seu valoroso "correspondente de guerra", que assistiu o desenvolvimento das hostilidades e cuja obra é dos mais importantes sobre elas, reabre as interpretações de um sintomático acontecimento histórico, que tem sido encarado sobre os mais diversos prismas políticos e ideológicos, mas que deveriam ser presididos por uma lucidez crítica, sobre nossos problemas, tão peculiar a Euclides da Cunha, que prosseguiu na senda de poucos precursores e serviu de bússola a uma admirável geração por ele influenciada, que repensou a cultura nacional e trouxe relevante contribuição intelectual, numa inquietante aventura doutrinária.

Não é possível compreender Canudos sem o exame de seus antecedentes diretos, ligados às contradições do próprio republicanismo.

A Constituinte de 1891, integrada pelas mais diversas correntes políticas, que por sua heterogeneidade demonstrava as cisões dentro do movimento republicano, acabou por dar-nos uma Carta alienada e bovarista, que, mas palavras do próprio Rui Barbosa, não passou de uma "adaptação latina da Constituição dos Estados Unidos, que nós, incapazes de lhe absorver a substância, nos contentamos em arremedar as exterioridades", contribuindo para uma certa ingovernabilidade e para as insatisfações, que motivaram a renúncia de Deodoro, a Revolução Federalista, a Revolta da Armada e a da Escola Militar (1895), prosseguindo pela República Velha e mesmo depois dela.

O assassinato do político Albuquerque Melo, em Pernambuco, em 1895, em seção eleitoral, que mereceu candente opúsculo do

jornalista Gonçalves Maia, atacando Rosa e Silva e o Governador Barbosa Lima, bem demonstra o clima de violência da época e que tem sido uma constante histórica brasileira.

Some-se a esses fatores a conspiração de que foi vítima Prudente de Moraes - afastado, em Teresópolis, para tratamento de saúde - na qual esteve envolvido, entre outras figuras de projeção, o Vice-Presidente da República, e que chegou a objetivar seu assassinio, como se comprovou, quando morreu defendendo-o o Marechal Bittencourt, no retorno das tropas de Canudos, cujos comandantes, certamente, por serem florianistas, sequer comunicavam ao titânico presidente, a respeito do qual é básico o estudo de Silveira Peixoto, o andamento dos combates.

Já não era boa, acrescente-se, a situação econômica.

Antônio Conselheiro, originário de um meio social conturbado, onde pontificavam o cangaço, o coronelismo (que tem raízes, diga-se de passagem, nos governadores árabes da Península Ibérica, nos paxás turcos, que administravam províncias no império otomano, nos coutos portugueses, que tinham jurisdição própria e que foi estimulado pelos vácuos de poder), o misticismo fanático e as lutas políticas e familiares, deixou-se empolgar pela monomania religiosa, em virtude de sua tragédia doméstica, que ligada à sua insolvência, declarada em processo, fez dele um andarilho, que arregimentou incontáveis adeptos, muitos dos quais altamente perigosos. Tendo rabulejado, anteriormente, tornou-se ele construtor de açudes, igrejas e cemitérios e chegou às margens do Vaza-Barris, onde, no arraial de Canudos, fundou Belo Monte.

Os padres atacavam a República, por ter instituído o casamento civil, a secularização dos cemitérios e separado a Igreja do Estado. Percebe-se como esses temas tocavam de perto o Conselheiro, que veio a perder a simpatia do clero, mas isso não fez dele o líder de uma revolução monarquista ou político-partidária contra o novo regime.

Em suas rudimentares prédicas, encontradas nas ruínas de igreja e divulgadas por Ataliba Nogueira, que o admirava, há, apenas, como observa Miguel Reale, "breve referência à República".

Manuel Benício (p. 84) salienta que ele "começou a pregar contra a República, não porque soubesse o que fosse república, nem que

fosse monarquia ou assalariado de conspiração anárquica, mas porque a República ameaçava a sua religião".

Ele pregava contra o "extermínio da religião, pela savação de seus adeptos" e pela "honra da Igreja". Sua bandeira era a do Divino. Seu monarquismo era vago, aceitando o direito divino dos reis, a legitimidade dinástica, mas só aceitava como soberano um futuro Pedro III.

A teocracia que concebeu demonstra a absurdante substância religiosa de sua comunidade que chegou a ter uma estrutura econômica e de poder, como nota Marco Antônio Vila.

Mas é exatamente a referida essência comportamental que faz a **Guerra de Canudos** um acontecimento inconfundível com a dos Palmares, cuja derrota, como foco de sedição, era necessária para o posterior desenvolvimento de Pernambuco e Alagoas, e com o episódio do Contestado (1912-1916), que objetivava a Monarquia Sul-Brasileira, apesar de seu aspecto messiânico-sebastianista, no qual se destacou o Monge João Maria, e de suas inevitáveis causas econômico-sociais.

A destruição de Canudos lembra a epopéia de Álamo, no Texas, em que heróis foram dizimados pelos mexicanos, mas é oportuno salientar que, em sua gênese, foi injustiçado o jovem magistrado Arlindo Leoni, de Joazeiro, mero juguete das forças políticas e de interesses subalternos.

Quando a desonesta autoridade policial, que recebera o dinheiro do Conselheiro, para lhe enviar a madeira necessária para a igreja, e não o faz, forçando-o a anunciar que viria buscá-la, comunicou ao juiz que um bando de fanáticos ameaçava a cidade e ele acreditou porque, em Bom Conselho, já havia sido expulso por essas mesmas pessoas.

Telegrafou, então, ao Governador Luís Viana, cuja conduta tem despertado controvérsias, pondo-o a par da situação. O mandatário supremo da Bahia, inimigo político do Barão de Geremoabo, senhor feudal dos sertões, que não era hostil ao Conselheiro, de início, não deu atenção a Arlindo Leoni, ao depois, removido por ele para uma remota comarca do litoral, o que o obrigou a aposentar-se, mas, após, pelo desenrolar dos fatos, passou a ver o que ocorria em Canudos, como grave perturbação da ordem, recorrendo ao governo federal.

A estatística que a República mandou realizar era utilizada por alguns, como se ela quisesse, em verdade, acabar com a religião e fazer retornar a escravatura, estimulando as convicções dos conselheiristas que, exportadores de couro de cabras para o exterior, tinham um agente comercial na Capital, que deveria ser identificado, para se ter uma idéia completa dos fatores da campanha, cuja fase final configurou, iniludivelmente, uma intervenção federal. A Constituição de 1891 consagrou-a no art. 6º, o mesmo da constituição argentina, lei magna que nos serviu de modelo, ao lado de outras. Campos Sales tinha-o como "o coração da República", porque dele dependia a sobrevivência da federação (ou, com seu abuso, a ruína da forma federativa de Estado, que até hoje cultuamos, como reza o art. 60, § 4º, I, da Constituição Federal).

Nos Estados Unidos ficaram conhecidas as intervenções decretadas por Washington, Hayes e Grant, e, na Suíça, a no Cantão de Tessino. A Argentina foi o cenário preferido delas, vindo a fornecer-nos a figura do **interventor**, que desconhecíamos.

A intervenção é um direito-dever do Poder Executivo que age no interesse nacional, respondendo a União por atos que não forem de mera gestão. Deve preencher incontornáveis requisitos de tempo e lugar.

A intervenção em Canudos, embora não declarada, mas visível na quarta expedição chefiada pelo General Artur Oscar, que estivera nas lutas do Sul e que sucedeu às três desastrosas anteriores (a do Tenente Pires Ferreira, que teve uma vitória de Pirro, a do Major Febrônio, que se desentendeu com Luís Viana, e a do Coronel Moreira César, oficial epilético, implicado, durante a monarquia, no homicídio praticado contra o jornalista Apulcro de Castro, tendo sido enviado para Mato Grosso, e que, igualmente lutara no Sul), teve como fundamento restabelecer a ordem e a tranqüilidade na unidade federativa, mais do que assegurar o regime republicano.

Inúmeras outras conheceu a Primeira República.

O sacrifício final de Canudos, que chegou a ser a segunda cidade do Estado, foi um crime, efetivamente, mas de todos contra todos os envolvidos e não se deve lamentar, apenas, a perda da vida dos conselheiristas.

Famílias de soldados e oficiais ficaram na miséria, precisando ser auxiliados, e foram militares indigentes que ao retornarem se instalaram no Morro da Providência, para o qual trouxeram a imagem do Morro da Favela, em Canudos, onde havia a flor que servia de alimento ao gado.\*

Soldados de vários Estados combateram na guerra fratricida e, por isso, o término dela provocou festa pela vitória em todo país. Tentou-se dar o nome de Moreira César à rua do Ouvidor, no Rio de Janeiro, o que não teve ressonância popular.

A realidade nacional do final do século XIX é a mesma cem anos depois: o poder local, a irreligiosidade mística, o xadrez apolítico e econômico, a violência social, a corrupção e o paternalismo. Continuamos, como diz Gordillo, a ter uma Constituição sem estar nela e sem que ela nos prepare para o exercício da cidadania.

**(De Personagens e História: estudos e perfis, 120-125. São Paulo, 1998).**

---

(\*) Vem daí o termo "Favela", para designar os conjuntos de habitações pobres no Rio de Janeiro e que depois se estendeu a todo o país. Ainda por associação com o Morro da Favela, de Canudos, originalmente o termo só era empregado para as habitações pobres localizadas nos morros, generalizando-se depois para quaisquer localidades. (N. de R.)

## SÃO MIGUEL DO CAJURU

José Antônio de AVILA

Arcângelo é a atual denominação do primitivo arraial de São Miguel do Cajuru, situado no antigo caminho dos tropeiros paulistas, distrito pouco conhecido dos sanjoanenses e, cujo monumento único, a Igreja de São Miguel apresenta pintura de inusitado valor.

Segundo o professor emérito da USP, Dr. Francisco da Silveira Bueno, a palavra Cajuru vem do Tupi-Guarani, originando-se de "CAÁ", mata, "YURU"; boca/entrada: a boca, a entrada do sertão. As origens do distrito remontam à segunda década do século XVIII, conforme registro de Sebastião de Oliveira Cintra, em **Efemérides de São João del Rei**, que cita "uma referência escrita em 12/08/1719, sobre a fazenda do Engenho de São Miguel, que possivelmente teria dado origem a São Miguel do Cajuru - atual Arcângelo". Ainda hoje a população do distrito é bastante rarefeita e de aspecto simples, mas o arraial de São Miguel do Cajuru já conheceu épocas de grande importância e, no império ligou seu nome aos Barões de Cajuru, um dos quais vinculado à Revolução Liberal de 1842.

No final da Primeira metade do Século XVIII, conforme citação de Carlos Del Negro em seu livro **Nova contribuição ao Estudo da Pintura Mineira**, já existiria a primitiva capela do lugar, como uma filial da Matriz de Nossa Senhora do Pilar de São João del-Rei, e na data de 31/05/1945 fora batizado naquela capela o Pe. Manuel Gonçalo Correia. Segundo informações, a primitiva capela dispunha de torre única, lateral, e certamente teria sua planta organizada no tradicional esquema de capela-mor, nave e coro, até hoje perceptiva, apesar das ampliações e modificações introduzidas por volta do ano de 1925.

Ainda que ampliada e bastante alterada em seu exterior, a antiga capela ainda permanece quase que intacta em seu interior, principalmente no que tange às pinturas da nave e capela-mor, a não ser pelo prejuízo decorrido de uma restauração mal feita recentemente no forro da capela-mor. Quanto a outros objetos pertencentes à capela original, tais como pratarias, turíbulos, telas e outros, tudo foi sendo vendido e/ou subtraído durante os anos passados.

As pinturas dos forros da nave e da capela-mor de São Miguel do Cajuru justificam a inclusão da igreja no rol das mais importantes pinturas barrocas de Minas Gerais, e apresentam fortes traços característicos do pintor Manoel da Costa Ataíde (1762/1837), que é considerado a maior figura da pintura colonial de Minas Gerais, muito embora, de acordo com estudos mais recentes e detalhados, a pintura é atribuída ao discípulo de Ataíde, Joaquim José da Natividade, nascido provavelmente em São João del-Rei.

Sobre a composição do forro da capela-mor, nos ensina o Professor Del Negro: "Moldura do quadro formado por caprichosos concheados e enrolamentos, que a aproximam de uma figura retangular. Ao centro São Miguel, representado com o pé apoiado à frente do outro; revela-nos a intenção do pintor de sugerir a figura em movimento, caminhando com o estandarte sobre as nuvens. (...) São Miguel proclama o mistério da Santíssima Trindade, cujo símbolo está pintado no estandarte."

Na pintura do forro da nave o Prof. Del Negro destaca " a trama arquitetônica sustentante, simétrica em relação aos eixos (...) nos cantos os doutores (Santo Ambrósio/São Gregório/Santo Agostinho e São Jerônimo) estão de pé nos púlpitos, em atitudes variadas e com os respectivos símbolos. Há profusão de flores e muito coloridas. A composição da parte superior do quadro oval, mais densa, com muitas nuvens e querubins, tem grande afinidade com a Santíssima Trindade do forro da nave do Santuário de Congonhas do Campo. A comunicação com a parte inferior, onde estão apenas três arcanjos ajoelhados, em adoração, faz-se por meio de pesadas nuvens (...)."

Devem ser continuados e ampliados os estudos referentes à pintura, para que exemplos como o da Igreja de São Miguel do Cajuru se tornem mais conhecidos e admirados, pois através destes estudos

poderá ser promovida também a preservação de um grande patrimônio de grande riqueza e indiscutível significação que é a nossa pintura religiosa barroca.

Torna-se necessário sensibilizar suficientemente o público para a grande importância daquela obra de arte tão desconhecida, mas também, tão próxima de nós...

## DE UMA PASTA DE VELHOS RECORTES JOÃO DE LAET E A CAPITANIA DE SÃO VICENTE\*

Afonso de E. TAUNAY

O nome de João de Laet, como ninguém ignora, dos que sabem com alguma minúcia as cousas do Brasil, é dos grandes, dos maiores nos fastos geográficos seiscentistas.

Os antigos enciclopedistas tinham-no em altíssima conta, mas os modernos de muito menor valia o consideram. Passou da categoria dos sábios para a dos eruditos divulgadores. E diversas das maiores enciclopédias recentes nem lhe consagram mais artigos biográficos, como a italiana de Treccani e várias das edições da "Britânica", o que é, aliás, sumamente injusto.

Nascido em Antuérpia em 1593 e falecido em Leyde em 1649, muito pouco se conhece das três primeiras décadas de sua vida. A partir de 1624 vemo-lo em Leyde diretor da Companhia das Índias Ocidentais. Calvinista, deixou a Bélgica submetida aos espanhóis, estabelecendo-se na Holanda, onde logo lhe aproveitaram os grandes préstimos.

Foi então que, com o fito de tornar mais conhecidos os longínquos países, teatro das operações de sua Companhia, empreendeu escrever a em seu tempo tão citada e elogiada obra **Novo Mundo ou Descrição das Índias Ocidentais**, que publicou em 1625 e em holandês. Pouco depois traduziram a obra para o latim sob o título **Novus Orbis**,

---

(\*) Reproduzido da "Folha da Manhã", de 14 de abril de 1946. Título da publicação original: Corografia paulista seiscentista (1633), alterado nesta transcrição para dar um sentido mais abrangente de seu conteúdo. (N. da R.)

seu *descriptiones Indiae Occidentalis libris XVIII* (Leyde, 1633). Teve este livro divulgação européia a mais considerável; verteram-no em 1640 para o francês e o reimprimiram várias vezes. Era para o tempo excelente compilação das obras de geógrafos de várias nações e dos itinerários impressos e manuscritos de vários navegadores.

Também escreveu João de Laet uma série de monografias sobre a Espanha, a França, os Países Baixos, Portugal, a Alemanha, a Pérsia, números da larga coleção elzeviriana intitulada *Pequenas Repúblicas*.

Em 1642 deu muito que falar nas rodas científicas a sua controvérsia com Hugo de Grotius sobre a origem dos autóctones americanos. Sustentou a tese de que estes aborígenes formavam raça à parte e habitavam o Novo Mundo desde o dispersar dos homens.

Dotado de extraordinária vivacidade mental, ainda produziu uma edição das obras de Plínio, o Antigo (Leyde, 1635), deixando por concluir outra de Vitruvius. Na opinião de um dos seus biógrafos - Eugênio Hubert, professor da Universidade de Liège - foi João de Laet mais um vulgarizador do que um sábio, embora em todos os seus trabalhos houvesse demonstrado quanto dispunha de extensos e variados conhecimentos. O articulista do *Dictionnaire Universel du XIXème Siècle*, que dele se ocupa, afirma que os geógrafos, seus sucessores, muito aproveitaram de seus trabalhos.

Ainda em 1859 a, no tempo, tão prestigiosa *Nouvelle Biographie Générale*, publicada sob a direção de Hoefer e editada por Firmin Didot, consagra a Laet assaz longo artigo. Recorda que era muito ligado ao famoso humanista francês Claude Saumaise (1588-1653), sendo um dos poucos capazes de decifrar a letra deste grande erudito, célebre pela ciência e a paciência socrática com que aturava a horrível megera a quem desposara.

Duas obras notáveis ligam o nome de João de Laet aos fastos históricos e científicos brasileiros e americanos. A primeira é a sua *História da Companhia das Índias Ocidentais*, traduzida do holandês por José Higino Duarte Pereira e Pedro Souto Maior, e publicada nos

"Anais da Biblioteca Nacional", do Rio de Janeiro.\* A segunda é a **Historia Naturalis Brasiliae**, de Piso e Marcgrave, a cuja edição presidiu, hoje traduzida em português e largamente comentada numa edição limitada do Museu Paulista e de nossa iniciativa.

Foi ele, aliás, quem decidira Marcgrave a vir para o Brasil, dando-lhe recursos para este fim. E com o maior carinho acompanhou a confecção do magistral tratado do infeliz amigo, desaparecido do mundo com trinta e quatro anos de idade e no maior viço do notável talento.

Para compor o **Novus Orbis** valeu-se da maior e melhor bibliografia de que podia dispor. Em relação ao Brasil cita, entre as fontes de consulta, as obras de H. Staden, Thévet, Léry, d'Abbeville, Iarricus (P. du Jarric) no **Thesaurus rerum Indicarum**, Herrera, a **Relaçam Annual que fizeram os Padres da Companhia de Jesus nas partes da Índia Ocidental e no Brasil**, etc.

Alega ainda haver recorrido aos **Roteiros de Portugal para o Brasil, Rio da Prata, Índias de Portugal e Castela**, de Manique de Figueiredo, dos **Roteiros** de Jonis van Spielberg, Oliver van Noord e L'Hermite, as coletâneas de Ramusio, Hackluyt, Purchas, La Popeltinière, Bergeron, etc.

Vamos ver o que João de Laet, em 1633, inculcava aos leitores do seu **Novus Orbis** sobre o corografia paulista:

#### **Descrição do primeiro Governo chamado São Vicente**

O Governo de São Vicente é o mais meridional de todos (do Brasil) e limite das Províncias do Rio da Prata. Situa-se à altura de 24 graus e para o mar e para o interior da terra firme tem limites incertos ainda não assaz discriminados.

Iarricus em seu **Tesouro** assim escreve acerca deste Governo:

"O Governo de São Vicente está situado sobre uma pequena baía pelos 24 graus de altura do Polo Sul sobre a costa do mar e afastado

---

(\*) O título da obra de Laet é *História ou Anais dos feitos da Companhia Privilegiada das Índias Ocidentais*, desde o seu começo até ao fim do ano de 1636. A trad. mencionada por Taunay encontra-se publicada nos vols. 30, 33, 38 e 41/42 dos "Anais da Biblioteca Nacional", entre 1916 e 1925. A edição de Marcgrave do Museu Paulista data de 1942, em trad. de Mons. José Procópio de Magalhães.

de 40 léguas para o sul da cidade do **Rio de Janeiro**. Ali moram uns seis ou sete jesuítas que, zelosamente, cuidam da salvação das almas tanto dos Portugueses como dos Brasilianos.

Acham-se dispersos por diversas aldeias em torno da cidade e diariamente correm ao seu encontro novos selvagens a lhes dar trabalho. Porque vão eles freqüentemente a uma região do interior do país, principalmente à dos **Carlos**, que vivem na costa marítima, distantes da cidade de São Vicente cerca de oitenta léguas ao longo da dita costa, pois que eles chegam até o Rio da Prata.

É a nação mais policiada e a mais civilizada de quantas há no Brasil e que, contrariamente ao costume das demais, veste-se com peles de animais. Tem bela aparência e alguns deles, como alvura, não desmerecem da gente européia.

Quando os Portugueses os procuram para traficar sobem aos seus navios sem receio e os Portugueses também circulam em suas aldeias com segurança como se se achassem em suas próprias casas."

Ele (Iarricus) relata que no ano de 1596 houve setenta deles que por má fé foram levados escravos dos Portugueses, tendo voltado graças ao jesuítas e que estes selvagens são muito fieis, mas que, devido ao receio dos Potugueses, não ousam aproximar-se do Governo de São Vicente.

Daí procede que, por justo julgamento divino, esta colônia e todas as mais que se mostram cruéis para com os filhos da terra decrescem dia a dia e que as outras, que os tratam bem, florescem mais e mais, diariamente.

Aos selvagens deste Governo, amigos dos portugueses, chama Juan Stadio (Hans Staden) os **Tupinikins**, que ele afirma viverem nas montanhas, ocupando, no interior das terras, mais de oitenta léguas e quarenta ao longo do mar.

Os **carios** são os seus vizinhos ao Sul, e os **tupinambás**, grandes inimigos dos portugueses, ao Norte.

Os Padres de Companhia que habitam nessas regiões mencionam em suas cartas anuais uma nação selvagem que eles intitulam **Marumimus**, nação andeja, furiosa e cruel, que outrora causou grandes

danos aos portugueses. Mas agora, graças ao labor dos da Companhia, ela se acha um pouco abrandada e começa a ser mais amiga e favorável aos portugueses.

Apesar disto, muito deste Governo ficou despovoado pelas incursões destes selvagens. Em todo caso tal procede sobretudo dos atos dos portugueses, com os seus embustes e crueldades em relação ao indígenas, pois muito embora os religiosos se esforcem para impedir que os selvagens sejam cruelmente maltratados, de qualquer modo, pelos portugueses, ou arrastados alhures em cruel servidão, contudo os portugueses, tanto lá como em outros lugares, não acabam com as crueldades e embustes e abusivamente usam dos hábitos dos religiosos a fim de mais facilmente atraírem, nas malhas de suas redes, estes pobres miseráveis, com grande prejuízo, como é de esperar, da Religião Cristã.

A cidade principal deste Governo chama-se **Sanctos** e está afastada cerca de quarenta léguas do **Rio Iennero**, das bandas do Sul, a três ou quatro do mar, no fundo de uma obra, onde os grandes navios podem ancorar, carregar e descarregar comodamente.

Esta cidade não é muito grande e apenas conta umas oitenta casas ou um pouco mais. Já passou por diversas provações. Foi tomada e saqueada pelo valoroso Cavalheiro Tomaz Candish (Cavendish) no ano de 1591 e por ele dominada por espaço de mais de dois meses. Entre outros despojos, estava um pouco de ouro que os portugueses contavam ter sido trazido por selvagens, de um lugar vulgarmente chamado **Piratininga**, onde diziam que atualmente os portugueses têm uma mina.

Havia três aldeias com os respectivos engenhos de açúcar, que de longa data pertenciam a esta cidade.

Fui informado por certo belga, que ali residiu nos anos passados, de que esta cidade (Santos) está situada perto da ponta da Ilha de Santo Amaro, a mais ou menos três léguas do mar, e defendida por um baluarte do lado do rio, que neste lugar tem cerca de meia légua de largura e suas cinco braças de profundidade (II<sup>m</sup>). Conta, ainda, duas fortalezas, uma do lado do Sul e outra no meio da cidade, umas cem casas, ou talvez mais, e duzentos habitantes, em parte portugueses e em parte mestiços, igreja paroquial, um mosteiro de beneditinos e um colégio da Companhia.

A entrada do porto chama-se Barra Grande. A outra cidade chama-se S. Vicente. Dista da precedente três ou quatro léguas, para o lado do Sul, ou, como outros dizem, uma apenas; vilasinha assaz bonita, mas cujo porto não oferece comodidades, sendo quase inacessível aos grandes navios.

A oito léguas desta, para dentro das terras, os portugueses habitam as duas aldeias de **Tanse** (?) e **Canane** (?), ricas em trigo e outrora lindeiras dos domínios portugueses por este lado. Soube pelo mesmo belga que esta aldeia contará umas sessenta ou setenta casas e cerca de cem habitantes, portugueses e mestiços, e que há por ali três ou quatro engenhos de açúcar que lhes pertencem.

A terceira cidade, como escrevem os portugueses, chama-se **Itanhain** (Itanhaen). Ora, este belga assinalava ainda **Cananea**, que estão (sic) ao Sul de S. Vicente: a saber **Itanhain**, a dez ou onze léguas da citada S. Vicente; e **Cananea**, a cerca de quarenta ou, segundo outros, trinta e cinco; ora esta **Cananea** são (sic) duas ou três aldeias ou arraiais que não têm fortificações e onde pequenos navios ou barcas podem facilmente ir.

Destarte a costa marítima acha-se assim disposta: da baía de S. Vicente até a Barra, que eles chamam Grande, há três léguas; por esta sobem os navios, até mesmo os muito grandes, até a cidade de **Sanctos**. Desta barra até uma outra, que eles chamam **Barra da Britioca** (Bertioga), há quatro ou cinco léguas mais para o Norte. Por esta Britioca só barcas podem subir até a cidade de Sanctos. Exatamente em sua embocadura e sobre uma ponta arenosa, acha-se uma pequena fortaleza de pedra.

## MEMÓRIA CAMPINEIRA

### CIRCULAR DE CONVOCAÇÃO PARA A FUNDAÇÃO DO "CENTRO DE CIÊNCIAS, LETRAS E ARTES"

Exmo. Sr.

Constatando as vantagens da existência de uma agremiação que tenha por fim em geral o estudo e propagação das ciências que mais se prendam aos progressos de nosso país e sua agricultura, diversos profissionais, amadores e outras pessoas deliberaram criar um GRÊMIO DE ESTUDOS DE CIÊNCIAS, mantendo assim a união entre todos aqueles que se interessam pela vida científica em suas várias manifestações.

São intúitos mais especiais do Grêmio:

Promover e propagar o estudo das Ciências Naturais e as que ela se relacionam;

celebrar reuniões quinzenais em que sejam lidos memórias e outros trabalhos de sócios sobre **QUAISQUER CIÊNCIAS** e discutidos temas sobre especulações científicas ou suas aplicações práticas;

promover excursões descrevendo seus resultados e exposições dos recursos naturais do Brasil, bem assim o reconhecimento dos seres dos três reinos existentes no seu território, especialmente na região que estiver ao alcance dos estudos sociais; organizar preleções ou conferências públicas instrutivas;

fundar oportunamente a revista e a biblioteca e um museu de ciências naturais;

manter correspondência com as associações congêneres do país e do estrangeiro;  
 pugnar pela instituição do ensino das ciências naturais nas escolas primárias do Brasil;  
 contribuir para o melhoramento das condições da agricultura e criação do país;  
 vulgarizar o estudo das moléstias de plantas e animais e os meios de debelá-las;  
 esforçar-se pela adoção e prática de leis florestais e protetores da fauna e flora brasileiras, etc. etc.

Contando com o nobre concurso de S. Exc. para tão elevado tentame, os abaixo-assinados têm a honra de convidar S. Exc. para sócio efetivo do Grêmio, o que importará em uma contribuição mensal de apenas 5\$000 (cinco mil réis) sem jóia de espécie alguma.

Nestas condições rogamos a S. Exc. se digne corresponder endereçando-se a qualquer dos abaixo-assinados caso queira fazer parte do Grêmio e convidamos a S. Exc. para a reunião instaladora na próxima quinta-feira 3 de outubro, às 7 horas da noite no Club Campineiro.

Somos com toda consideração,

José de Campos Novaes

Dr. F. de Paula Magalhães Gomes

Henri Potel

Adolph Hempel

Edmundo Krug

João César Bueno Bierrenbach

Campinas, 28 de setembro de 1901.

\*

**N. da R.:** O fato de pertencer à antiga Estação Agronômica (o atual Instituto Agronômico) boa parte - talvez mesmo a maior parte - dos idealizadores da nova instituição, explica sua finalidade original, voltada em grande parte para as ciências naturais, notadamente a botânica e a agricultura. Daí o nome proposto: "Grêmio de Estudos de Ciências". Coube a Coelho Neto, então residente em Campinas, a idéia de ampliar o âmbito de interesses da entidade, abrangendo outras áreas do conhecimento, recebendo, então, o nome de "Centro de Ciências, Letras e Artes", aliás proposto pelo próprio escritor maranhense, na época professor de nosso tradicional Ginásio do Estado.

## TEXTOS

### (Sugestões para seminários)

O DESCOBRIMENTO DO BRASIL ("Come scorrevano le nave per fortuna" (Excerto do "Paesi novamente ritrovati", cap. 44).

Aos dias XXIV de abril que foi a quarta-feira na oitava da Páscoa teve a dita armada vista de uma terra; com o que houve grande prazer. E arribaram a essa terra para verem que terra era; a qual acharam terra muito abundante de árvores e gente que ali andavam pela praia do mar. E lançaram âncora à foz de um pequeno rio. E depois de assim lançadas as ditas âncoras o capitão mandou arriar um batel ao mar pelo qual mandou ver que gente era aquela, que acharam que era gente de cor parda entre o branco e o preto; e bem dispostos, com cabelos corredios e vão e vêm nus, como nasceram, sem vergonha alguma; e cada um deles trazia seu arco com setas, e como homens que estavam em defesa do dito rio; na dita armada nenhum havia que entendesse o seu idioma e visto isto os do batel voltaram ao capitão e nesse instante se fez noite, na qual noite fez grande temporal.

No dia seguinte pela manhã levantamos âncora e com grande temporal andávamos discorrendo a costa para o lado do Norte; o vento era sueste. Para ver se achávamos algum porto aonde se abrigasse e surgisse a dita armada; finalmente acharam um porto aonde lançamos âncora e achamos daqueles homens que andavam em suas almadias pescando; e um dos nossos batéis foi aonde tais homens estavam e seguraram dois deles aos quais levaram ao Capitão para saber que gente era esta e, como é dito, não se entendiam por fala nem mesmo por acenos, e naquela noite o Capitão os reteve consigo; e no dia seguinte os mandou vestidos com uma camisa e um vestido e uma carapuça vermelha e por este vestir ficaram muito contentes e maravilhados das

coisas que lhes foram mostradas; e depois daquilo mandou deitá-los à terra.

(Rev. do Instituto Histórico e Geográfico de  
São Paulo, vol. XI, 1906, pp. 276-277)

\*

## COMO CIRO ENTENDIA A RECOMPENSA PELOS BONS SERVIÇOS (Xenofonte)

No dia seguinte, Ciro reuniu seus soldados e lhes falou assim:

- Amigos, está a chegar o dia da batalha, os adversários vêm-se aproximando. Se ficarmos vitoriosos, cairão em nosso poder as pessoas e os tesouros de nossos inimigos; se formos vencidos (também nos devemos lembrar disso) tudo que possuímos irá para às mãos dos inimigos. Portanto é preciso saber que quando os combatentes estão persuadidos que não poderão obter o triunfo sem que cada um ponha de sua parte todos os esforços, o triunfo é infalível; porque, em tal caso, tudo que é necessário fazer-se tem pronta execução. Pelo contrário, se cada um dos soldados pensar que pode entregar-se ao descanso, porque os outros suprirão suas faltas, sabei que todos eles experimentarão todos os males reunidos. Os deuses têm estatuído que os que carecem de estímulos para agir com valor sejam mandados por outros. Portanto, levante-se alguém de vós e declara que meios julga mais favoráveis para animar os soldados à prática de ações valorosas, se conferindo os prêmios aos que maiores perigos arrostarem, se premiando a todos sem distinção.

Levantou-se o homotimo Crisantas, homem de fraca estatura e pouca gentileza, mas de consumada prudência, e assim falou:

- Estou na persuasão, ó Ciro, de que discutis esta matéria, não porque pensais que os maus e bons devam ser igualmente recompensados,

mas para experimentar se haverá alguém que sinta que sem praticar nenhuma ação meritória, deve ter parte nos bens obtidos pelo valor dos outros. Eu não tenho pés velozes nem mãos robustas; por isso, a ser julgado por minhas ações corpóreas, não poderei ser o primeiro, nem o segundo, e parece-me que nem o milésimo e talvez nem o décimo milésimo. Mas estou bem certo que se os mais vagarosos se houverem com coragem, também eu terei a parte que por justiça me pertencer; porém, se os covardes nada fizerem e agirem sem coragem os que têm forças e valor, receio ter quinhão diverso dos que a vitória costuma dar, e quinhão mais avultado do que eu queria.

(Xenofonte, **Ciropeia**, livro II: 79-80. Trad. de João Félix Pereira. Rio de Janeiro, Jackson, 1960, Col. "Clássicos Jackson", vol. 1).

## VULTOS DA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA

CAPISTRANO DE ABREU (Maranguape, CE, 23-10-1853;  
Rio de Janeiro, 13-8-1927)

"Capistrano de Abreu foi o mais modesto e o maior dos nossos historiadores. Não quis nunca escrever uma História do Brasil, o que ele mais do que ninguém poderia fazer". A esse conceito de João Ribeiro poder-se-ia acrescentar que Capistrano foi também o mais estudado e o mais criticado dos que se dedicaram a estudos históricos em nosso país. Tanto já se escreveu sobre ele, que poderá parecer uma inutilidade dele tratar novamente. E o "novamente" cabe bem neste local, pois esta nossa publicação já se ocupou dele, em seu nº 95, de 1979, portanto há quase vinte anos, pela pena do Acadêmico Célio Debes, que o tem como patrono na Academia Paulista de História. E bem antes, José Honório Rodrigues dedicara-lhe extenso capítulo de seu livro **História e historiadores do Brasil** (São Paulo, Fulgor, 1965), além de ter dele tratado em outros livros e além, ainda, de ter promovido a edição ou reedição de trabalhos do historiador. E bem antes, ainda, (1927 e 1930), João Ribeiro, com a argúcia e o bom senso que bem o caracterizaram, dele cuidou, comentando pelo "Jornal do Brasil", do Rio de Janeiro, os volumes avulsos de sua obra, que começavam a ser publicados pela Sociedade Capistrano de Abreu. Os artigos do mestre sergipano foram reunidos para o volume dedicado a Capistrano de Abreu do precioso suplemento "Autores & Livros", vol. VI, nº 5, de 6 de fevereiro de 1944, do jornal "A Manhã", do Rio de Janeiro. Esse volume do suplemento encerra páginas de Afrânio Peixoto, Afonso Arinos de Melo Franco, Humberto de Campos, Pandiá Calógeras, além de dois excertos do próprio historiador.

Melhor do que escrever qualquer coisa de novo, julgamos mais proveitoso transcrever nesta seção alguns dos depoimentos que nos

pareçam significativos, capazes de individualizar a figura tão marcante que foi o mestre cearense.

Capistrano nunca fez estudos regulares que lhe propiciassem um grau universitário. Tentou algumas vezes, especialmente no curso jurídico (meta de quase todo o jovem da época), mas não se empolgou por nenhum ramo do aprendizado. Tornou-se, assim, um auto-didata, o que assegurou-lhe uma cultura invejável, inclusive com o domínio de línguas estrangeiras, notadamente o inglês e o alemão, como o provam as traduções que empreendeu. "Mais empenhado em conhecer, em saber, do que em angariar títulos, rebelde às imposições que bitolavam o campo das indagações, reage às limitações dos currículos, ignorando-os, desestimando-os (...) As vicissitudes, contudo, não o afastam dos livros, aos quais se entrega à noite, nas horas de repouso. Sua vocação se manifesta na íntegra. Não almejava ser doutor, bastava-lhe ser douto, posto que sem presunção" (Célio Debes).

Ao vir para o Rio de Janeiro em abril de 1875, trazia já uma razoável experiência jornalística haurida em sua província e que prosseguiu na Corte. Mas o acontecimento que marcou deveras sua vida na capital do Império foi o ingresso para o quadro de funcionários da Biblioteca Nacional, onde teve oportunidade de exercitar-se em todas as disciplinas auxiliares e especialmente no conhecimento direto das fontes e da bibliografia histórica. Foi a Biblioteca, no dizer de José Honório Rodrigues, o seu "laboratório científico" e lá participou do "maior empreendimento bibliográfico já levado a efeito no Brasil, o monumental **Catálogo da Exposição de História do Brasil**, publicado em 1881.\*

Uma certa incompatibilidade com a nova direção da Biblioteca, levou Capistrano a "mudar de casa", candidatando-se à cadeira de História do Brasil do Colégio Pedro II. Elaborou, para fazer jús a esse cargo, tese versando sobre o descobrimento do Brasil e seu desenvolvimento no século XVI. Célio Debes registra a opinião sobre este concurso pelo jornalista teuto-alemão Karl von Koseritz. Narra ele,

---

(\*) O Catálogo da Exposição de História do Brasil, considerado o "maior empreendimento bibliográfico já levado a efeito no Brasil", mereceu reedição fac-similar pela Editora da universidade de Brasília, integrando a preciosa coleção "Temas Brasileiros", vol. 10, de 1981, com prefácio de José Honório Rodrigues.

em seu livro **Imagens do Brasil**, a situação constrangedora, em que se viram enleados, na presença do Imperador, os dois examinadores Matoso Maia e Moreira de Azevedo, sob a presidência de Sílvio Romero: "Foi um verdadeiro exemplo - escreve Koseritz - de dois examinadores ignorantes e intelectualmente limitados, aos quais o examinando superava de longe, e que, por isto com ele se chocavam e se comprometiam a cada momento. Eles faziam as mais extraordinárias e, por vezes, mesmo, tolas objeções à tese do talentoso jovem, e via-se claramente como o Imperador se aborrecia com a incapacidade dos examinadores"\*.

Não deixou Capistrano nenhuma obra sistematizada, o que é deveras lamentado por todos os que dele se ocuparam. Seus artigos, originalmente esparsos por jornais do Rio de Janeiro, só se transformaram em livros graças à iniciativa da Sociedade Capistrano de Abreu, constituída pouco depois de seu falecimento. Em sua bibliografia, não há apenas trabalhos originais seus. Editou ou reeditou muita coisa de outros, especialmente textos de interesse para a história primitiva do Brasil, como cartas jesuíticas, relatos de Fernão Cardim, os escritos de Gandavo, os "Diálogos das grandezas do Brasil" e, principalmente a obra clássica de Frei Vicente do Salvador. Interessou-se particularmente pela obra de Varnhagen, cuja primeira edição data de meados do século XIX. Entendeu de reeditá-la e anotá-la, transformando-a, com a colaboração inestimável de Rodolfo Garcia, nos cinco alentados volumes das modernas edições, quando originalmente constava de apenas de dois, ampliados para três numa segunda edição. A segurança com que anotou a obra do "historiador de Sorocaba" assumiu tal propeção, que muitos autores que, por qualquer razão, não apreciam Varnhagen, chegam a dizer que sua obra vale pelas anotações de Capistrano...

Dos volumes editados pela Sociedade Capistrano de Abreu, dois continuam presentes na bibliografia atual: **Capítulos de história colonial** e **Os caminhos antigos e o povoamento do Brasil**. Mereceram ambos, reunidos em um só volume, figurar na "Biblioteca Básica Brasileira", idealizada e publicada pela Editora da Universidade de

---

(\*) Koseritz, *Imagens do Brasil*, p. 110. Trad. de Afonso Arinos de Melo Franco. São Paulo, Martins, 1943.

Brasília. Excelente introdução de José Honório Rodrigues enriquece o volume.

Esses dois livros - e mais **O descobrimento do Brasil e seu desenvolvimento no século XVI** - diz José Honório Rodrigues, "marcam um momento crítico de nossa historiografia, uma revolução modernista que não se completou. A obra de Euclides da Cunha - não os excessos científicos gastos pelo tempo e pela própria evolução científica, mas a simples e nua luta - já assinalara, em 1902, uma outra etapa do mesmo momento, em que o ideal da nossa historiografia era ver nossa História à luz de sua própria substância, a evolução do seu povo, sua solidariedade interna, a marcha do seu progresso, os obstáculos que desde a colônia se opuseram às suas conquistas e seus triunfos e o muito que ainda resta fazer. Em nenhuma estante brasileira, do professor, do estudante, do estudioso, dos responsáveis pelos negócios públicos, dos patriotas, devem faltar estas obras de Capistrano de Abreu, o mais caboclo dos nossos historiadores. Não houve doutrina, ideologia alemã, francesa, inglesa, americana, oriental ou judaica, fosse o que fosse, servisse ou não como instrumento de pesquisa e orientação, que o desviasse da visão nacional, que tirasse seus pés dos chãos desta terra, desvirasse sua cabeça das inspirações dos nossos maiores ou arrancasse seu coração dos sentimentos da nossa gente" (Prefácio à citada edição de Brasília).

**Os Caminhos antigos e o povoamento do Brasil**, que definiram os roteiros da época colonial, explicaram a articulação das várias capitanias e mostraram um campo novo da Historiografia, sempre mereceu especial atenção de José Honório Rodrigues, que o considera tão significativo para o Brasil como o livro de Turner, **The Frontier in America**, para a historiografia americana: Vale transcrever este tópico:

Quando Capistrano de Abreu apareceu na historiografia brasileira, esta centralizava seu interesse essencialmente nas comunidades do litoral. Ele viu o sertão e o caminho como processo de incorporação e dilatação da fronteira ocidental: era um campo novo, um método de investigação e interpretação original da formação colonial do Brasil. O sertão e os caminhos são um fator de criação da vida brasileira. Insatisfeito com as histórias puramente políticas que mutilam a unidade humana, ele não divide com sua geografia e economia aprendidas dos alemães o suceder histórico. Ao estudar a ocidentalização do Brasil,

estava particularmente interessado em achar aquilo que a distinguia da velha civilização européia. O sertão e o caminho são ilustrações dos processos de desenvolvimento da história brasileira. O verdadeiro ponto de vista da história do Brasil não é a costa atlântica, mas o sertão que a ele conduzem e o articulam com o Governo Geral. No processo de transformar o sertão, o colono a princípio se barbariza e depois ele próprio e o sertão se alteram e, nesta mudança, cria-se uma nova personalidade, que é distintamente brasileira. O papel do sertão e dos caminhos, entrevisto agora pela primeira vez, modificou profundamente o escrito e a metodologia históricas no Brasil. A história do Brasil colonial não era só a da colonização da costa atlântica, mas a expansão pela terra, livre ou ocupada por indígena".\*

O reconhecimento de Capistrano de Abreu foi sentido mesmo por autores que não terçaram armas no mesmo campo. Iríamos longe se a todos citássemos. Ocorre-nos, para exemplificar o que sobre escreveu Humberto de Campos em página recolhida no segundo volume de *Crítica*, de 1933. Para o escritor maranhense, Capistrano "foi, efetivamente, a inteligência mais aguda, e pronta, que as letras brasileiras já tiveram a seu serviço nos domínios da História"\*\*.

\*

## BIBLIOGRAFIA

Boa parte da obra de Capistrano de Abreu, conforme já foi demonstrado na nota anterior, permaneceu esparsa em publicações periódicas do Rio de Janeiro. Apenas sua tese de concurso ao Colégio Pedro II, os **Capítulos de história colonial** e o ensaio sobre a língua dos caxinaús foram publicados em vida do autor.

À Sociedade Capistrano de Abreu coube a tarefa altamente meritória não só de reeditar as obras anteriores, como promover a edição

(<sup>1</sup>) Rodrigues, J. J. - História e historiadores do Brasil, p. 50. São Paulo, Fulgor, 1965.

(<sup>2</sup>) Campos, Humberto de - *Crítica*, v. 3. Rio de Janeiro, José Olympio, 1933. Transcr. em *Autores & Livros*, supl. literário de "A Manhã", Rio de Janeiro, 6 de fev. de 1944; um pequeno excerto deste longo artigo foi transcrito por Raimundo Menezes no verbete dedicado a Capistrano de Abreu de seu *Dicionário Literário Brasileiro*, p. 5; 2ª ed., Rio de Janeiro, LTC, 1978.

em volumes de grande parte do que ficara disperso. Surgiram, assim, os quatro volumes dos **Ensaio e Estudos**, bem como o livro **Caminhos antigos e povoamento do Brasil**, que se tornou o mais citado de seus trabalhos e do qual extraímos a "seleta" que complementa esta nota. Já mencionamos que os **Capítulos** e o **Caminhos antigos**, reunidos num só volume, foram reeditados pela Editora da Universidade de Brasília na série "Biblioteca Básica Brasileira", com excente prefácio de José Honório Rodrigues.

Apenas as referências bibliográficas:

**O descobrimento do Brasil e o seu desenvolvimento no século XVI.**

Rio de Janeiro, 1883.

**Capítulos de História colonial.** Rio, 1907.

**Rã-txa-hu-ni-ku-i: a língua dos caxinauás.** Rio de Janeiro, Leuzinger, 1914.

\*

**Textos clássicos da historiografia brasileiros prefaciados e ou anotados por Capistrano de Abreu:**

Gandavo, Pero de Magalhães - **História da Província Santa Cruz // Tratado da terra do Brasil.** Rio de Janeiro, Anuário do Brasil (1924) (Publicações da Academia Brasileira de Letras). Reeditada diversas vezes.

Cardim, Fernão - **Tratados da terra e gente do Brasil.** Rio de Janeiro, J. Leite, 1925. Reeditados diversas vezes.

X., **Diálogos das grandezas do Brasil.** Rio de Janeiro, Oficina Industrial Gráfica, 1930. Diversas reedições.

Salvador, Fr. Vicente do - **História do Brasil.** São Paulo, Melhoramentos, s. d.

Varnhagen, F. Adolfo de - **História geral do Brasil.** Terceira edição. São Paulo, Melhoramentos, s. d. 5 vs.

\*

**Traduções:**

Wappaeus - **Geographia Physica do Brasil**. Rio de Janeiro, Leuzinger, 1884.

Sellin - **Geographia Geral do Brasil**. Rio, Alves, 1889.

Smith, Herbert - **Do Rio de Janeiro a Cuiabá: notas de um naturalista**. São Paulo, Melhoramentos, 1922.

## SELETA

# SÃO PAULO COMO CENTRO IRRADIADOR DE POVOAMENTO

Capistrano de ABREU

Grande e bem grande centro de povoamento foi S. Vicente, vila fundada em 1532 por Martim Afonso de Sousa. Dela se separou logo Santos, que já existia em 1549. Das duas saiu gente que se estendeu para o Norte até a angra dos Reis e para o Sul até Laguna.

A mata litorânea, que começa em Ilhéus, prossegue para Santa Catarina, até onde avança a serra do Mar; estreita-se, porém, em frente a S. Vicente, onde já fôra vencida antes de Colombo e Pedralvares, graças à circunstância de serem os mesmos os índios que habitavam o litoral e o planalto - os tupiniquins e antes dêstes os guaianases, guarulhos, gualachos, maramomis, diferentes em tudo dos primeiros.

Depois de instalar S. Vicente, Martim Afonso transpôs a serra de Paranapiacaba e criou outra vila, que posteriormente mudou de sede e nome, transformando-se insensivelmente na atual cidade de S. Paulo.

O caminho entre S. Paulo e S. Vicente não era cômodo, mesmo aproveitados os trechos navegáveis do Cubatão e de um dos afluentes do Tietê. Fernão Cardim, que fêz a viagem em 1585, nas melhores condições possíveis para a época, por acompanhar o padre Cristóvão de Gouvêa, visitador da Companhia de Jesus, já pujante e prestigiosa, graças a tantos serviços prestados, empregou nela quatro dias e diz : "O caminho é tão íngreme que às vêzes íamos pegando com

as mãos", antes de chegarem bem cansados ao cume da Paranapiacaba; e depois de passado: "Todo o caminho é cheio de tijucos, o pior que nunca vi, e sempre íamos subindo e descendo serras altíssimas e passando rios caudais de água frigidíssima".\*

Portanto, não podiam ser freqüentes as comunicações entre o litoral e o planalto, como logo o vestuário o malsinava. Os moradores de Piratininga, diz-nos o mesmo autor, "vestem-se de burel e pelotes pardos e azuis, de pertinas compridas... vão aos domingos à igreja com roupões ou berneu de caxeira sem capa". E frei Vicente do Salvador, descrevendo a viagem feita por D. Francisco de Sousa uns quinze anos mais tarde, repara: "Até então os homens e mulheres se vestiam de algodão tinto, e se havia alguma capa de baeta e manto de sarge, se emprestavam aos noivos e noivas para irem à porta da igreja".

Assim as asperezas do caminho dificultavam o trato entre o interior e o litoral. E não o favoreciam as condições econômicas, pois Piratininga só precisaria de sal, pólvora, armas e alguns tecidos e quase só podia dar em troca algum ouro de lavagem, que desde logo foi sendo extraído, e os índios apanhados nas bandeiras, que, movendo-se pelo próprias pés, dispensavam conduções dispendiosas. Acrescente-se que os habitantes do campo cegavam às vezes os caminhos, para tolher a ação das autoridades de serra abaixo, representantes do poder real ou senhorial. De tudo resulta a necessidade de considerar o povoado serrano independente de Santos, de S. Vicente e da marinha em geral. Esta, fique logo entendido, só em nossos dias sacudiu o letargo.

A situação geográfica de Piratininga impelia-a para o sertão, para os dois rios de cuja bacia se avizinha, o Tietê e o Paraíba do Sul, teatros prováveis das primeiras bandeiras, que tornaram logo famoso e temido o nome paulista. No Paraná, os jesuítas do Paraguai foram reunindo e domesticando numerosas tribos inermes, indefesas.

Ao assunto que estudamos não pertencem as bandeiras, por motivos óbvios. Concorreram antes para despovoar que para povoar nossa terra, trazendo índios dos lugares que habitavam, causando sua morte em grande número, ora nos assaltos às aldeias e aldeamentos, ora com os maus tratos infligidos em viagens, ora, terminadas estas, pelas epidemias fatais e constantes, aqui e alhures apenas os silvícolas entram em contato com os civilizados. Acresce que os bandeirantes iam e

tornavam, não se fixavam nunca nos territórios percorridos; isto explica o motivo da sua persistência durante mais de um século e seu exílio quando não tornaram mais à pátria.

A atenção que não cabe aos \*bandeirantes reclamam-na de passagem os conquistadores, homens audazes, contratados pelos poderes públicos para pacificar certas regiões em que os naturais apresentavam mais rija resistência. Os conquistadores podiam cativar legalmente a índia, recebiam vastas concessões territoriais, iam autorizados a distribuir hábitos e patentes aos companheiros mais esforçados. Estêvão Ribeiro Baião Parente, Matias Cardoso, Domingos Jorge Velho e outros fixam êste curioso tipo; geralmente não tornavam à pátria e deixaram sinais de sua passagem e herdeiros de seu sangue em Minas Gerais, na Bahia, em Alagoas e alhures; mas o maior serviço que prestaram consistiu em ligar o Tietê e o Paraíba do Sul ao S. Francisco, através da Mantiqueira, construindo e levando rio abaixo canoas para as quais não havia aqui madeira própria e auxiliarem os curraleiros a se estenderem até o Parnaíba e Maranhão. Domingos Jorge Velho foi um dos primeiros devassadores do Poti.

Ao tempo em que os conquistadores se batiam contra os índios de Paraguaçu e Ilhéus, prosperava à volta de São Paulo grande número de vilas: Moji das Cruzes, Paranaíba, Taubaté, Guaratinguetá, Itu, Jundiá, Sorocaba, são tôdas anteriores a 1680, anteriores ao grande êxodo que assinalou o último quartel do Século XVII. Cada uma das vilas extremas demandava destino diverso: as vilas do Paraíba do Sul apontavam para as próximas Minas Gerais, como Parnaíba e Itu apontavam para Mato Grosso, como Jundiá apontava para Goiás, e Sorocaba para os campos de pinheiros em que já surgia Curitiba.

Para mobilizar tôdas essas fôrças bastou o descobrimento do ouro, ouro corrido, é verdade, como se conseguira já em tantos córregos e rios, mas com abundância de que só em terras de língua inglêsa se encontrou o equivalente em nossos dias.

Os primeiros descobertos lavraram-se em águas do rio Doce, do rio das Velhas, mais tarde, do rio das Mortes e do Jequitinhonha: a população que acudiu procedeu tôda, ou quase, do planalto, especialmente do rio Paraíba do Sul, onde a estreiteza do vale, cavado entre a Mantiqueira e a cordilheira marítima, produzia o efeito de condensador. Logo apareceram outros novos haveres.

Pouco tempo os desfrutaram em paz os descendentes das bandeirantes e conquistadores, derrotados no encontro com os emboabas, ou, para falar com mais precisão, dos aventureiros, na maioria baianos, vindos do Norte, beirando o S. Francisco e o rio das Velhas.

Com a vitória dos emboabas, Itu e Sorocaba assumem seu papel histórico. Pelo Tietê abaixo até a barra, pelo Paraná até o Pardo por êste até a balança das águas com o Paraguai, pelo Coxim, pelo Taquari, pelo Paraguai, pelo S. Lourenço, pelo Cuiabá, atingiu-se a descobertos em que o ouro se apanhou às arrôbas. E logo transposta a chapada e espontados rios que correm ao Amazonas e ao Prata, chegou-se às cabeceiras do Guaporé, desceu-se para o mato grosso do Jauru, ou avançou-se para o alto ao Paraguai. Até aqui, não se atreveram emboabas, mas no labirinto dos pantanais apareceram índios ferozes, não desbastados suficientemente por bandeiras; apareceram as dificuldades da viagem, que desde Ararituaba, ou Pôrto Feliz, pedia quatro a cinco meses, através de mais de cem saltos, cachoeiras, corredeiras e entaipavas. Cuiabá e Mato Grosso, para não sucumbir, tiveram que se desligar de São Paulo.

Antes disto se consumar chegara a vez de Jundiáí, de onde partiu Bartolomeu Bueno e cortando afluentes do rio Grande, e o próprio rio Grande, pondo-se do outro lado do Parnaíba (do Sul) encontrou finalmente os índios goiases, que vira menino, quando por aquelas brenhas guerreava em companhia de seu pai Anhanguera, o diabo velho, o diabo legião que incendiava os rios. Em águas de um afluente do Araguaia pintou o primeiro ouro. Abundantes minas encontraram logo Amaro Leite, Godoy, Calhamara pela ribeira do Araguaia, pela ribeira do Tocantins.

Cêrca de 1 740 minerava-se ouro desde as serranias do Espinhaço até os chapadões dos Parecis, e quase sempre fôra um paulista o descobridor. São Paulo estava, porém, exausto. Densa sua população não era tanta que pudesse resistir a tantas sangrias ininterruptas que a vitimaram. Por maior desventura os podêres públicos quase não deram um passo que não fôsse em detrimento daqueles sertanistas façanhudos.

Artur de Sá, governador do Rio de Janeiro, o primeiro que visitou as minas gerais, teve de ir por terra desta cidade a Parati, e de Parati a Taubaté, para transpor a Mantiqueira. Seguiu assim uma trilha

antiquíssima dos guainases, porque do mesmo modo que a gente de Ilhéus, Pôrto Seguro e Espírito Santo, os fluminenses não se animaram a varar a mata de um a outro lado.

Ofereceu-se a Artur de Sá para abrir comunicação direta com o Rio um paulista, Garcia Rodrigues Paes, filho de Fernão Dias Paes, o governador das esmeraldas. Isto fêz partindo dos descobertos já lavrados, beirando o Paraibuna até o Paraíba do Sul e transpondo a divisória dêste até o rio Morobai ou Pilar, traçado em parte coincidente com a via férrea que já não se chama Pedro II e com a de Melhoramentos a esta reunida. Data daí a ruptura das matas feita por mãos alheias (o fluminense é incapaz de dizer sape a um gato, escreve alguém que os conversou), o florescimento do Rio de Janeiro, que em 1711 já fornecia opimo espólio ao corsário Duguay-Trouin.

A obra antipaulística de Garcia foi continuada por seu concunhado Manuel da Borba Gato, que se estabeleceu no rio das Velhas.

Dali contra a própria vontade e ordens draconianas do ultramar mas urgido por inelutáveis condições demográficas, encaminhou para a Bahia o ouro e o comércio do S. Francisco.

Em Mato Grosso procurava-se remédio contra os ataques ferozes dos paiaguás, guaicurús, caiapós ou porrudos, que desde os pantanais do Paraguai até os saltos do Pardo, balizaram de cadáveres cada palmo de terreno. O que se ofereceu mais adequado consistiu em abrir trato por terra para as minas de Goiás já então descobertas. Desta empresa se encarregou Antônio Pires de Campos auxiliado pelos bororós, que soube atrair ao seu serviço. No princípio do Século XIX Caetano Pinto, nomeado governador de Pernambuco, veio por terra do Guaporé ao rio de São Francisco.

No ano de 1742, Manoel Félix de Lima desceu pela primeira vez o Madeira desde o Sararé e Guaporé até o Pará: José de Sousa Azevedo em 1746 desceu o Tapajós. O governo da metrópole proibiu sob graves penas o aproveitamento dessas vias de comunicação especialmente a do Madeira; mas desde que se erigiu a capitania de Mato Grosso e se escolheu para capital a Vila-Bela não restava outro recurso. Com o

governo de D. Antônio Rolim de Moura se tratou de utilizar o Mamoré e Madeira para as comunicações com o Pará, apesar dos colossais embaraços oferecidos pelo trecho encachoeirado, só vencíveis e só vencidos por via férrea. D. Antônio Rolim de Moura, conde de Azambuja, que alcançara Cuiabá-Mato Grosso e de sua viagem deixou aprazível narrativa, nomeado governador da Bahia em 1766, desceu do Guaporé ao Maranhão, donde foi por terra a seu destino.

O caminho fluvial do Madeira, o caminho terrestre de Goiás, concluíram a obra antipaulística iniciada nos morticínios dos pantanais. Quando Spix e Martius visitaram Pôrto Feliz, na segunda década do passado século, o comércio antigo estava amortecido. Não mais de seis a oito canoas anualmente faziam o serviço, em que não muitos anos antes porfiavam tantas monções.

Também Goiás não se lembrou muito tempo que de São Paulo partira o movimento que o transformara. A divisória das águas entre o Tocantins e o S. Francisco abunda em gargantas, seguramente já trilhadas pelos índios: Duro, S. Domingos, Taguatinga, Santa Maria, Arrendidos etc. Pelas gargantas mais setentrionais, os goianos se comunicaram com a margem pernambucana (esquerda) do São Francisco, de onde com mais facilidade tinha de ir o gado de que precisavam, sob pena de morrerem de fome; pelas mais meridionais atingiram a margem baiana do S. Francisco, ou terras de Minas, que apresentavam como têrmo de viagem os portos da Bahia e Rio de Janeiro, a todos os respeitos mais vantajosos que São Paulo ou Santos. O refluxo de Goiás para São Paulo é toda obra dos nossos dias e precedeu de pouco a abertura da Mojiana.

O governo da metrópole, absorvido por interesses fiscais, sacrificou conscientemente São Paulo a Minas, porque a princípio não tinha confiança nos paulistas, tanto que recomendou ao governador Antônio de Albuquerque que não lhes confiasse armas, e porque, estando o serviço de arrecadação de quintos melhor organizado em Minas Gerais, onde registrou vantagens, patrulhas volantes tomaram tôdas as saídas e as Câmaras municipais prometeram pagar cem arratéis de ouro anualmente, da metrópole galardoadas.

Na segunda metade do século dezoito o megalomaniaco governador de S. Paulo, D. Luís Antônio de Sousa Botelho e Mourão,

quis aproveitar a posição de Sorocaba e mandou fundar Lajes, em terras que atualmente pertencem a Santa Catarina. Assim e mais com a empresa trágica de Iguatemi não fêz senão consumir a ruína da capitania entregue a seus cuidados. Os paulistas não sabiam mais sertanejar nem minerar. Encontramo-los depois nas tropas regulares empenhados nas guerras platinas desde o refúgio: é seu pêjo extremo.

A estrada de Sorocaba a Pôrto Alegre e ao território das Missões teve sua importância quando vinham às feiras dezenas de milhares de bêstas, mas sua influência durou pouco e esvaiu-se com a introdução do vapor. A Este nela desembarcaram caminhos vindos da marinha, onde a Serra do Mar permitia passagem. A Oeste não romperam a mata nem domaram a indiada. A margem esquerda e a direita do Paraná durante o período colonial não se povoaram, e ainda hoje continuam quase desertas.

Entretanto, lentamente São Paulo foi-se reerguendo. A plantação de cana, de café, a imigração, as estradas de ferro, os fatores geográficos revalorizados, deram-lhe nova e mais vigorosa vida e lhe restituíram a hegemonia que há anos representa em tôda a vida brasileira.

(**Caminhos antigos e povoamento do Brasil**,  
263-269. Biblioteca Básica Brasileira, v. 2.  
Brasília, Editora da Universidade, 1963).

## RABISCOS DE UM ESCRIVINHADOR

(Nesta seção reproduzimos algumas das crônicas semanais publicadas pelo responsável por esta publicação em "A Federação", jornal da vizinha cidade de Itu. Para identificação e referência bibliográfica, indicam-se as datas em que foram publicadas).

### 323. JOÃO SEBASTIÃO BACH NO SEU ANIVERSÁRIO

Quando Mendelssohn, em 1829, fez executar a grandiosa "Paixão segundo São Mateus", de Bach, na mesma igreja de Leipzig onde havia sido apresentada cem anos antes (e uma só vez), talvez não imaginasse que estava contribuindo para o ponto de partida de um dos maiores acontecimentos da história da música, qual seja o redescobrimto de alguém que, conceituado em seu tempo apenas como um exímio organista, veio a se tornar a figura talvez mais importante de toda a evolução musical, certamente o mais estudado e o mais executado de todos os compositores.

Mendelssohn prosseguiu em suas pesquisas, descobrindo e promovendo a publicação de numerosos originais, o que veio a ser pouco depois sistematizado com a fundação da "Bach Gesellschaft" (Sociedade Bach), que iniciou suas atividades em 1850, quando Mendelssohn já não mais vivia, pois falecera em 1847. O enorme empreendimento dessa Sociedade, com seus quarenta e cinco volumes publicados - e que tem sua correspondência nos mil e tantos títulos do catálogo temático de Schmieder - revelou-nos o maior conjunto de obras musicais escrito por

um só autor e abrangendo praticamente todas as formas de composição (com exceção apenas da ópera) e com obras primas em todas elas.

"Síntese de seis séculos de arte musical", na expressão feliz de Mário de Andrade; "patriarca da harmonia", como o chamou Beethoven; "mestre supremo da polifonia", para Schweitzer, dividiu sua produção em obras instrumentais, orquestrais e corais: prelúdios, fugas, sonatas, trios, quartetos, invenções, concertos para diversos instrumentos alternam-se com cantatas, motetos e oratórios. Ligado à Igreja Luterana, deixou, como seu maior acervo, a série de cantatas para o calendário eclesiástico de sua comunidade, compreendendo não só os domingos, mas também os dias "de festa", muitos deles conservados da Igreja Católica.

Elaborou essa obra em função de seu cargo de "mestre-de-capela" de uma igreja de Leipzig e o fez durante cinco anos, o que dá um total de mais de trezentas cantatas; dessas, chegaram até nós "apenas" duzentas, além de muitas outras, sacras também, mas não litúrgicas e de outras seculares. Já escrevi neste mesmo local sobre as cantatas de Bach, considerando-as o maior conjunto de música sacra produzido por um só autor.

Muitas de suas obras são antológicas: o "Cravo bem temperado" (conjunto de 48 prelúdios e fugas), que tem sido considerado a "Bíblia dos pianistas"; a "Arte da Fuga"; o "Magnificat"; as "Paixões", notadamente as baseadas nos textos de São Mateus e de São João; o "Oratório do Natal" (na realidade, um conjunto de seis cantatas para o ciclo natalino); a Missa em si menor, que muitos consideram sua maior obra. Alguns estranham que Bach, sendo protestante (e o mais protestante de todos os compositores) tenha composto um missa segundo a liturgia católica, e que é, como disse, para muitos, sua maior obra. Nada a estranhar. Oportunamente voltarei a este assunto.

Escrevi linhas atrás, que Bach só não compôs óperas. Entretanto, duas de suas cantatas seculares, a "do Café" (nº 211) e a "do Camponês" (nº 212) trazem, nas partituras, indicações cênicas que permitem que elas sejam encenadas. E já o foram, como eu próprio tive o privilégio de assistir, em belíssimos espetáculos da "Opera de Câmara de Buenos Aires". Isso, pelo menos há uns quarenta anos... Ora, encenadas, as duas cantatas afiguram-se pequenas óperas.

Nascido a 21 de março de 1685, esta modesta evocação do grande compositor vem a propósito de seu aniversário, no dia de hoje. (21-3-1998).

\*

### 324. PRECIOSA CONTRIBUIÇÃO À ANCHIETANA

Em 1858, um escritor francês, Charles Sainte-Foy, dedicou-se ao estudo dos inícios da evangelização no Brasil. Impressionado pela personalidade de Anchieta, decidiu-se a escrever sua biografia. Pesquisou cuidadosamente nas melhores fontes disponíveis e acabou produzindo uma obra encantadora, que prende a atenção do leitor desde as primeiras páginas. É esse livro que vem de ser posto novamente ao nosso alcance, numa edição comemorativa do quarto centenário anchietano, transcorrido no ano passado.

A primeira edição brasileira surgiu há mais de um século, em 1877, com apresentação de D. Lino, então bispo de São Paulo; uma segunda edição apareceu em 1926, por uma editora salesiana de Niterói. Da edição de que ora dispomos incumbiu-se Armando Alexandre dos Santos, bastante conhecido pelos seus eruditos e bem fundamentados trabalhos de investigação histórica, e que julgou preferível não reproduzir a tradução anterior, pois "a linguagem utilizada seria de difícil inteligência para numerosos leitores de hoje, não habituados ao vocabulário e à construção das frases usuais no século XIX". Pareceu-lhe, assim, mais indicado, preparar uma nova tradução, na linguagem corrente dos nossos dias.

E se bem o pensou, melhor o fez, apresentando-nos na realidade um livro, com texto precedido de erudita introdução, com esclarecimentos sobre o autor e o sentido da obra. Informa-nos, de início, que o autor, na realidade, chamava-se Eloi Jourdain (1806-1861), mas tornou-se internacionalmente conhecido pelo pseudônimo de Charles Sainte-Foy, que acabou eclipsando inteiramente o nome, que é desconhecido até mesmo por muitos admiradores de sua obra.

O autor revelou seu talento literário de início em assídua colaboração na imprensa, passando a publicar, pouco depois, numerosas obras que tiveram, em seu tempo, grande repercussão nos meios católicos. Entre elas, **Livre des rois et des peuples** (1839), **La vie du chrétien sanctifiée** (1840), **Heures sérieuses d'un jeune homme** (1840), **Le chrétien dans le monde** (1848) e traduziu, ainda, diversos livros. Como se vê, pelo elenco que nos mostra o tradutor, sua bibliografia abrange tanto livros doutrinários como devocionais.

Vinculado à Companhia de Jesus, empenhou-se na elaboração de uma série de biografias de jesuítas célebres pela santidade de vida. Escolheu, para figurar em sua coleção, três apóstolos ligados ao Brasil: os padres Nóbrega, Anchieta e João de Almeida.

A biografia anchietana foi publicada pela primeira vez em 1858 pela Editora Casterman, de Paris; para escrevê-la, tomou como base uma história de Anchieta publicada na Itália em 1738 pelo padre Longaro degli Oddi, volumosa de mais de trezentas páginas e da qual, informa o tradutor, a Biblioteca Municipal "Mário de Andrade", de São Paulo, tem cópia em micro-filme.

Do critério de seu trabalho, diz Armando Alexandre dos Santos: "A tradução ora apresentada é muito fiel quando ao conteúdo; tivemos, porém, empenho em atualizar o estilo e a construção das frases, de forma a tornar o texto acessível aos leitores brasileiros modernos. Procuramos, também, efetuar pequenos ajustes e correções de imprecisões históricas ou geográficas, compreensíveis, aliás, em se tratando de obra escrita por um estrangeiro, e omitindo um que outro dos episódios narrados, por os impugnar a boa crítica atual".

Reveste-se, portanto, a publicação do pequeno e simpático livro de Saint-Foy de profundo interesse como peça fundamental de nossa já vasta bibliografia anchietana. 28-3-1998.

\*

## 325. CENTENÁRIO DE UM COMPOSITOR BRASILEIRO

No dia 21 de março último, tive oportunidade de registrar, nesta folha, a significativa efeméride que então transcorria, relativa ao

aniversário de João Sebastião Bach, uma das maiores figuras da história da música, como seria desnecessário lembrá-lo. Por coincidência, a mesma data assinalava outra efeméride igualmente significativa, especialmente, neste caso, para o Brasil: o centenário do nascimento do compositor, pianista e regente João de Souza Lima, que, nessa tríplice função tornou-se merecidamente uma das figuras mais marcantes da história da música em nosso país, intimamente ligado à vida artística, especialmente de São Paulo, a partir da terceira década deste século.

Paulistano de velhos troncos, nascido na velha rua da Tabatinguera, de tanto significado nas tradições da ainda pequenina São Paulo de fins do século passado, seus primeiros estudos fê-los a princípio com o irmão, José Augusto de Souza Lima e, depois, com mestre Chiafarelli, o verdadeiro fundador da escola pianística paulista, da qual saíram os valores igualmente notáveis de Guiomar Novaes e Antonieta Rudge. Na segunda década do século, não contando ainda vinte anos, já era considerado um dos nossos grandes "virtuosos" do piano, pois já dera concertos no Rio de Janeiro e em São Paulo e já obtivera dois prêmios em concursos de composição.

Sua carreira se define, por assim dizer, nas reuniões famosas e de tanta projeção na vida intelectual e social de São Paulo, promovidas por Freitas Vale, em sua Vila Kyrial, na Vila Mariana. Lá centralizava-se, de certa forma, o mundo artístico de São Paulo, a ela comparecendo, inclusive, figuras ilustres de passagem pela Capital. A fidalguia do senador gaúcho, que soubera dar à sua residência o mesmo toque de elegância, de distinção e de bom gosto, que nos habituamos a sentir, pelas leituras, nos famosos salões franceses da era romântica ou da "belle époque", contribuía enormemente para a aglutinação do que a Capital paulista possuía de mais expressivo.

Xavier Leroux, regente francês, de passagem por São Paulo à frente de uma companhia lírica, teve ocasião de comparecer a uma dessas reuniões da Vila Kyrial e ali ouviu o então jovem pianista Souza Lima. Tanto o apreciou, que empenhou-se junto ao Senador para que procurasse obter do governo do Estado uma bolsa para que o talentoso pianista e já compositor pudesse estudar em Paris. Foi o ponto de partida de uma brilhante carreira.

Os onze anos que Souza Lima viveu na capital francesa, onde estudou com Isador Philip, Margueritte Long, Egon Petri, Maurice Emmanuel, e, mais ainda os grande mestres com os quais conviveu: Ravel, Gigout, Roussel, Dukas, Landormy, Nadia Boulanger, Milhaud, Poulenc, Honegger, e tantos outros - de muitos deles Souza Lima foi o primeiro a divulgar suas obras no Brasil - tudo isso influiu poderosamente na formação e na caracterização de um sentido estético, do qual muito veio a se beneficiar sua produção futura.

E o momento em que retorna ao Brasil, coincidindo com a "Semana de Arte Moderna", abriu-lhe novas perspectivas, demonstrando que a permanência em França e a convivência com suas maiores figuras do cenário musical não o desnacionalizaram. Ao contrário, deram-lhe um sentido mais objetivo no rumo do nacionalismo musical, não simplesmente de aparência, mas de profundidade.

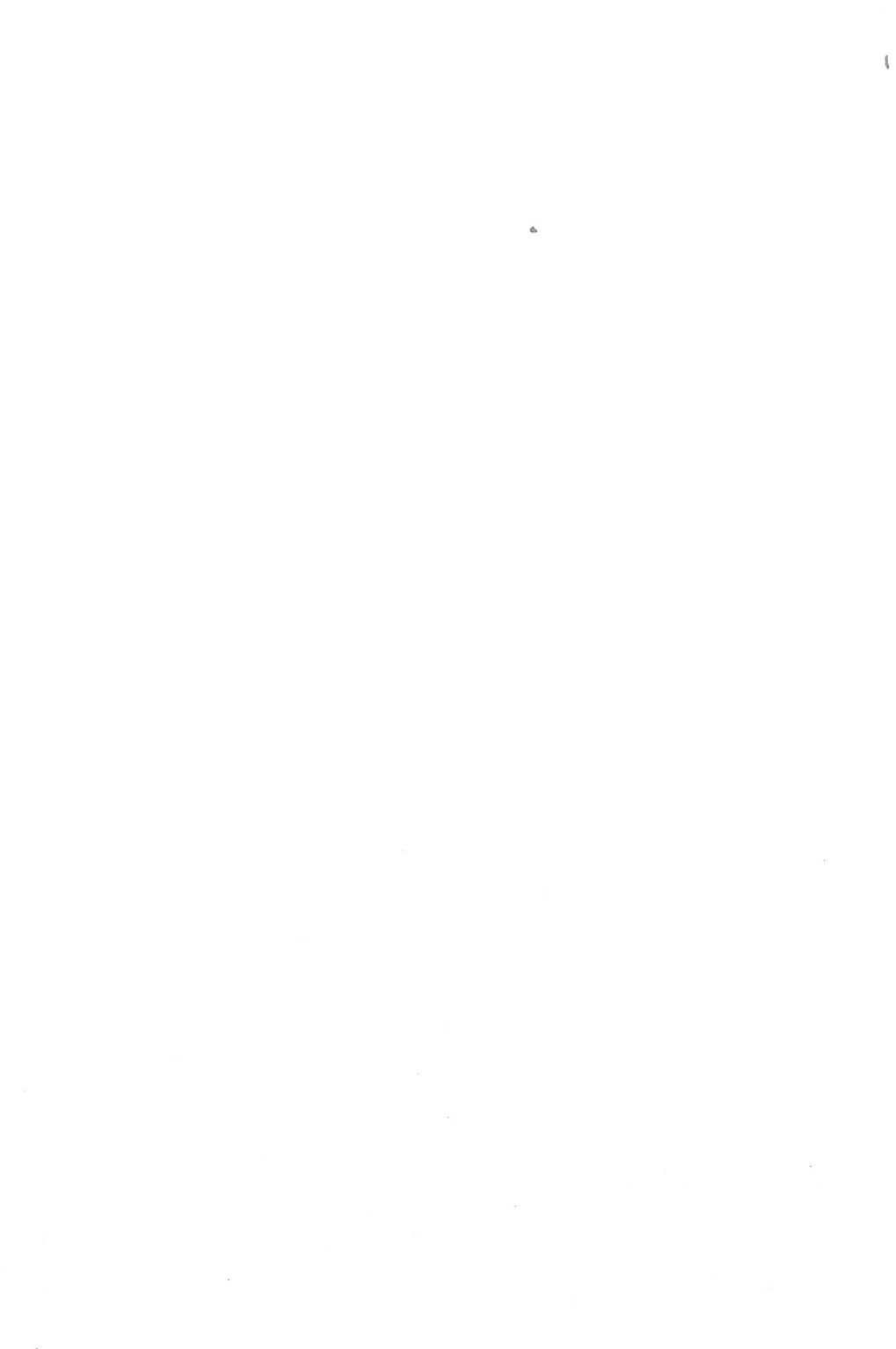
O impulso dado à vida cultural paulista na década de 30, especialmente após a criação do Departamento de Cultura, na administração de Fábio Prado, que chamou a dirigi-lo Mário de Andrade, não podia deixar de interessar a Souza Lima. Nele, o grande musicólogo teve um dos seus mais eficientes colaboradores, como pianista (integrando conjunto de qualidade como o "Trio São Paulo"), como regente e como compositor, pois um dos primeiros concursos de composição instituídos pelo recém-criado Departamento, lá por 1936 ou 37, teve o seu primeiro prêmio arrebatado por Souza Lima, com o poema sinfônico "O rei mameluco", inspirado no conhecido episódio da aclamação de Amador Bueno como rei dos paulistas, no século XVII. E desde então, e por quase meio século, ou seja praticamente até o seu falecimento em novembro de 1982, nosso compositor vinculou-se à vida musical de São Paulo naquela triplíce função a que, de início, me referi, como pianista, como regente e como compositor. E também como professor, peder-se-ia acrescentar, com admirável trabalho na preparação de novos valores.

Sua produção é imensa, abrangendo as mais variadas formas: óperas, bailados, poemas sinfônicos, concerto para piano e orquestra, peças para piano, ídem para canto e piano, obras corais. Alguns de seus trabalhos orquestrais, como o "Poema das Américas", mereceram prêmios internacionais. O que é deveras de se lamentar é que pouca coisa de sua produção tenha merecido as honras da gravação, e o disco - sabem-no

todos - é a melhor, às vezes mesmo a única maneira de se conhecer a produção de um compositor, pois se formos esperar apenas pelas realizações em concertos ou recitais, muito restrito será nosso repertório.

Assim, pouco está Souza Lima representado na discografia nacional. Basta dizer que, de suas obras orquestrais, apenas uma - "Lendas Brasileiras" - se encontra gravada, numa série de música erudita idealizada por Irineu Garcia, sob os auspícios do Ministério da Educação, que, infelizmente, não teve prosseguimento. Além dessa obra, podemos ouvir, para piano, cinco prelúdios (gravados por Eny da Rocha), um "Improviso" (gravado pelo Saudoso Fritz Jank), um "Noturno" (gravado por Clara Sverner) e uma "Valsa" (gravada pelo também saudoso Arnaldo Estrela). Para violino e piano, o "Capricho rústico" (gravado por Nathan Schwartzmann e Fritz Jank), uma "canção" (gravada por Magdalena Lebeis) e um "lundu" (gravado pelo Conjunto Coral do Instituto Ítalo-Brasileiro, dirigido por Walter Lourenção). É pouco, muito pouco para quem muito produziu. Como intérprete, ele próprio, duas ou três peças ainda ao tempo dos discos em 78 rotações. Esperamos que com o advento do CD, que inegavelmente abriu novas perspectivas para a música gravada, surja alguma possibilidade de resgatar a memória do grande compositor, pianista e regente.

Apraz-me recordar, para encerrar esta nota, que São Paulo (Capital) ficou devendo a Souza Lima uma das mais belas realizações cênicas já levadas a efeito no Teatro Municipal e à qual tive o privilégio de assistir: a encenação do grande oratório "L'Enfance du Christ", de Berlioz. Espetáculo de rara beleza, no qual, à direção segura de Souza Lima, aliaram-se a seriedade e o bom gosto de Badia Vilató, Lucille Boy-Sendra, Eladio Perez Gonzales, Juan Carlos Ortiz e Roberto Machado de Campos (há pouco falecido). Espetáculo realizado quatro ou cinco vezes, o que, para esse gênero de música, é caso verdadeiramente excepcional. (18 e 25-4-1998).



# UNIDADES UNIVERSITÁRIAS

## I- INSTITUTOS

1. Instituto de Artes, Comunicações e Turismo
2. Instituto de Ciências Biológicas e Química
3. Instituto de Ciências Exatas
4. Instituto de Ciências Humanas
5. Instituto de Filosofia
6. Instituto de Informática
7. Instituto de Letras
8. Instituto de Psicologia
9. Instituto de Teologia e Ciências Religiosas

## II- FACULDADES

1. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
2. Faculdade de Biblioteconomia
3. Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Administrativas
4. Faculdade de Ciências Médicas
5. Faculdade de Ciências Tecnológicas
6. Faculdade de Direito
7. Faculdade de Educação
8. Faculdade de Educação Física
9. Faculdade de Enfermagem
10. Faculdade de Odontologia
11. Faculdade de Serviço Social

## III- INSTITUIÇÕES COMPLEMENTARES

- a) Biblioteca Central
- b) Centro de Ensino  
Colégio de Aplicação "Pio XII"
- c) Centro de Processamento de Dados
- d) Museu Universitário

